

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

MESA COORDENADA EIXO 9

GÊNERO, DEMOCRACIA E PROTAGONISMO FEMININO: desvendando as  
nuanças da sub-representação das mulheres na política

## DEMOCRACIA, SUB-REPRESENTAÇÃO E GÊNERO: a quem interessa a exclusão das mulheres?<sup>1</sup>

DEMOCRACY, SUB-REPRESENTATION AND GENDER:  
who is interested in the exclusion of women

Maria Mary Ferreira<sup>2</sup>

### RESUMO

A sub-representação das mulheres nos espaços de decisão no Brasil revela a contradição da democracia representativa, reflexo da sociedade patriarcal, alicerçada no modelo capitalista que se sustenta em privilégios dos homens, em geral brancos e que vem sendo rediscutido em todos os continentes. No Brasil a democracia representativa é marcada pelo controle das elites que se revezam no poder, interditando-o aos sujeitos em especial mulheres, negros, indígenas. As discussões ora apresentadas nesta comunicação, refletem o sentido de democracia e como as mulheres tem interferido para alterar o atual modelo excludente a partir de experiências de projetos entre os quais destacamos o Projeto: Mulheres Relações de Gênero e Protagonismo Político: estudo, formação feminista e informação como estratégica de mudança na sociedade patriarcal, desenvolvido em 7 municípios no Maranhão que possibilitou a troca de conhecimentos com aproximadamente mil mulheres para pensar a democracia e as diferentes formas de representação política.

Palavras-Chave: Sub-representação das mulheres; Democracia. Ação Feminista.

### ABSTRACT

The under-representation of women in decision-making spaces in Brazil reveals the contradiction of representative democracy, a reflection of patriarchal society, based on the capitalist model that is based on the privileges of men, generally white, and which has been

<sup>1</sup> Essa Mesa coordenada integra o Eixo Temático 9: Questões de Gênero, Raça/Etnia e Geração, realizada durante o III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas- SINESPP/UFPI.

<sup>2</sup> Professora Associada III do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Integrante dos Grupos de Pesquisa GERAMUS/UFMA e NEGESF/UEMA. Mestra em Políticas Públicas – UFMA. Doutora em Sociologia UNESP/FCLAr. Pós doutora em Comunicação e Informação pela Universidade do Porto/Portugal. Ex-Bolsistas FAPEMA.

rediscussed on all continents. In Brazil, representative democracy is marked by the control of elites who take turns in power, forbidding it to subjects, especially women, blacks, indigenous people. The discussions presented in this communication, reflect the sense of democracy and how women have interfered to change the current exclusionary model from the experiences of projects among which we highlight the Project: Women Gender Relations and Political Protagonism: study, feminist education and information as a strategy for change in patriarchal society, developed in 7 municipalities in Maranhão that enabled the exchange of knowledge with approximately one thousand women to think about democracy and the different forms of political representation.

Keywords: Under-representation of women; Democracy. Feminist Action

## INTRODUÇÃO

Em toda a história social há testemunhos da presença e participação das mulheres nos processos libertários, nas lutas por emancipação, nas lutas contra os racismos, nas lutas contra o colonialismo, nas lutas pela instauração dos regimes democráticos e agora na luta contra a pandemia que tem alterado a vida do planeta e que confinou as populações nos espaços domésticos.

A participação das mulheres nas lutas sociais e nas lutas revolucionárias foi durante séculos silenciadas. Aparentemente os homens foram os sujeitos únicos da história. No livro *As mulheres e os silêncios da História*, Michelle Perrot reflete este silenciamento que contribuiu para quase apagar a presença das mulheres e suas contribuições inestimáveis nas lutas sociais, a exemplo da Revolução Francesa, Revolução Industrial, Revolução Americana, Luta contra a escravidão. Angela Davis, em *Mulheres, raça e classe*, nos reporta aos tempos da escravidão americana e de como as mulheres negras combatiam a opressão, resistiam aos assédios dos homens brancos e ao mesmo tempo participavam de paralizações e rebeliões demonstrando suas diferentes formas de resistências. Jamais aceitaram passivamente a escravidão, como insistem em afirmar alguns historiadores que não tiveram o cuidado de ir as fontes para traduzir a história real das negras e negros.

Essas duas referências são parte de um conjunto de obras de estudiosas feministas que estão desvendando a história de luta das mulheres, a partir delas vão surgindo as Christine de Pizan, Olimpie de Gouges, as Marias Firminas, as Philis

Wheatley, Harriet Tubman, as Nízias Florestas, as Catarinas Mina, são vozes que se somaram em tempos mais recentes as vozes de Lélia Gonzalez, de Mariza Correia, de Bethânia Ávila, de Lucila Scavone, Eleonora Menecuci, de Sueli Carneiro e tantas outras pesquisadoras feministas brasileiras que fazem dos estudos feministas, ases importantes para fortificar as lutas sociais em torno de um horizonte: garantir direitos, igualdade de gênero, de raça e etnia às mulheres. Durante décadas a luta feminista foi vista como “lutas específicas” e hoje é denominado erroneamente por alguns estudiosos marxistas como lutas identitárias, aparentemente desligadas das lutas pela transformação das relações capitalistas.

As lutas feministas e as suas diversas expressões, identificadas ou categorizadas como feminismo sufragista, feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical e mais recentemente foi incorporado os feminismos negro, feminismos lésbicos e outras diversas formas de expressão agregadoras das lutas das mulheres. Em todas essas formas de expressão do feminismo a questão da democracia e a luta pela emancipação da sociedade e das classes subalternas sempre estiveram presentes. É certo que a democracia para as feministas não era a mesma defendida nas reuniões partidárias e sindicais, porque para as feministas a democracia começava em casa, colocando-se em xeque a ideologia de que o trabalho doméstico (da casa) era exclusivo das mulheres. Para as feministas é impossível pensar democracia sem pensar as relações de gênero e as relações patriarcais, pois se considera que a sobrecarga das mulheres e a dupla jornada de trabalho impede que as mesmas participem da vida política do País.

A partir deste contexto esta comunicação irá refletir o conceito de Democracia, buscando traduzir a visão dos movimentos feministas e as críticas que este movimento tem feito à democracia liberal/representativa, que excluiu da história as mulheres, os negros, os indígenas sob o argumento de que não estavam preparados para a vida política ou que já estão contemplados pelas vias de participação formal, nos estados e nos municípios ao delegarem poderes aos seus representantes através do voto. Discutimos também o conceito de sub-representação articulado com o conceito de gênero buscando assim evidenciar como as mulheres em diferentes contextos são sub-representadas e como tem reagido a esse fenômeno. Esse modelo de democracia em voga em grande parte do mundo, é reflexo das sociedades patriarcais, alicerçadas no

modelo capitalista que se sustenta em privilégios dos homens, em geral brancos e que vem sendo rediscutido, reformulado em grande parte das nações por exigências dos movimentos sociais, entre os quais os movimentos feministas.

## **2 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: qual o lugar das Mulheres?**

Escrever sobre democracia no atual contexto - neste junho de 2020, - quando o Brasil se vê mergulhado em uma crise sem precedentes em toda sua história republicana, não é algo fácil. O que se observa é que as ações do governo de Bolsonaro extrapolam todos os ensinamentos que tivemos e todos os conceitos de diversos estudiosos sobre o sentido da democracia.

Para Norberto Bobbio a democracia “é idealmente o governo do povo visível, isto é, do governo cujos atos se desenrolam em público e sob o controle da opinião pública” (BOBBIO, 2015, p. 29). Não cabe, portanto, em nenhuma democracia poderes ocultos, ações que visem subtrair através de mentiras e simulações fatos que permitam ao povo o controle das ações do governo. Esse tipo de comportamento é típico de governos autocráticos, que se caracteriza pelo controle exclusivo das ações do Estado e não permite partilhar decisões. Os governos autocráticos atuam com poderes invisíveis que serpenteiam os outros poderes, buscando assim silenciá-los através de ameaças veladas e explícitas. Esses poderes invisíveis se formam e se organizam “[...] não somente para combater o poder público, mas, também para tirar benefícios ilícitos e extrair dele vantagens que não seriam permitidos por uma ação à luz do dia” (BOBBIO, 2015, p. 33). As denúncias veiculadas de tráfico de influência, de comportamento antirrepublicanos e atitudes criminosas explicitadas pelos ministros do governo de Bolsonaro, na reunião do dia 22 de abril de 2020 que culminou com a demissão do Ministro da Justiça Sergio Moro, traduz os contrassensos, as aberrações de um governo que desconhece o sentido da democracia, desconhece os princípios da ética e surpreendeu a sociedade pela gravidade dos fatos. O que se avalia neste episódio é que as falas expostas pelos dirigentes do País denotam o que de fato são, não há mais segredo, a divulgação de suas falas autorizada pelo Ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal transpõe a esfera privada, - se é que se pode denominar uma reunião

ministerial de privada – onde os ministros se sentiram-se à vontade para expressar o que pensam sobre o Brasil e sobre a sociedade brasileira.

As reflexões de Bobbio (2002) acerca da democracia e sua necessidade de transparência é em tese defendida pelas instituições que hoje estão na linha de frente das ações de resistência ao governo de Bolsonaro. Não há dúvida quanto a isso, uma vez que para Bobbio os princípios de um regime democrático estão consubstanciados em normas e procedimentos que devem garantir a todos os cidadãos sem distinção de raça, religião, condição econômica e sexo, o desfrute dos direitos políticos, ou seja, todos têm o direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a exprima por eles de forma livre, sem imposições. Neste regime o voto de todos cidadãos tem o mesmo peso, todos são livres para poder votar de acordo com sua própria consciência, por meio de uma concorrência livre entre grupos políticos organizados competindo entre si. Nos regimes democráticos todos são livres para escolher os programas e projetos dos partidos de acordo com sua concepção. Nesse processo de escolha seja por eleições, seja por decisão coletiva o que vale é a regra da maioria numérica, porém, nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar ou suplantar os direitos da minoria, todos devem ter igualdade de condições.

Quando se analisa a denominada democracia brasileira a partir das teorias bobbianas, observa-se que há um fosso que separa os princípios democráticos que hoje se prega no Brasil a partir das eleições de Jair Bolsonaro. É certo de que a “decisão coletiva” foi acatada, uma vez que “a regra da maioria numérica” foi respeitada quando do processo eleitoral realizado em outubro de 2018, fato que beneficiou o atual presidente. Mas, o que ficou evidente após as eleições é que todo o processo foi fraudulento, ou seja, a decisão coletiva foi manipulada pelo uso das Fake News que determinou o resultado das eleições. O que se viu a partir de então foram os princípios democráticos sendo desconsiderados, limitados, suplantados.

Os debates em torno de democracia no Brasil vêm sendo rediscutidos nas últimas décadas, quando se percebe que mesmo após a reabertura política que restaurou a ordem democrática interrompida com o golpe de 1964, ocasião em que o País viveu uma ditadura militar que negou direitos, silenciou os movimentos e exilou, torturou e matou milhares de brasileiros. Desde os anos oitenta do Século XX a discussão

sobre democracia representativa vem se ampliando, entre os diversos segmentos sociais, ainda que haja discordância quanto a esse ponto, entretanto, consideramos que o ato de representar hoje implica em muitos desdobramentos que nos leva a afirmar que as eleições não podem ser vistas como único indicador da democracia ou única forma de expressar o poder ou os anseios de um segmento social. É claro que não se pode desconsiderar a importância das eleições, não se deve negligenciar e desacreditar isso porque no Brasil as eleições são vistas como acontecimento, como um momento de mudança, como festa cívica, embora nas últimas décadas as eleições tenham perdido a aura de civilidade em virtude das interferências do capital das grandes empresas, das igrejas pentecostais que elegeram uma forte bancada fundamentalista e armamentista identificada com as classes dominantes e com os grupos conservadores que dominam o cenário deste País.

Nos anos noventa o debate sobre democracia representativa vem sendo ampliada por novas formas de participação social, a partir de então vem emergindo uma discussão mais ampla sobre democracia participativa que trazemos para refletir neste artigo. A democracia participativa supera os princípios da democracia liberal, presa ao sufrágio universal. Este modelo de democracia tem sentido mais amplo e dimensão mais profunda pois se contrapõe aos desmandos autoritários e se insere nos cotidianos interferindo nas muitas formas de exercício de dominação, pondo em xeque as relações de gênero e de poder. A democracia participativa que vem sendo exigida e construída e questionada pelos movimentos sociais propõem através da Reforma Política, mudanças substanciais, para garantir a participação e presença de segmentos sociais historicamente excluídos.

Este modelo de democracia rompe com lógicas hegemônicas baseadas em racionalidades de voto da “maioria”, cultivadas pelo modelo liberal que homogeneizou os grupos sociais desconsiderando as singularidades das representações e calando vozes que se levantaram contra esse modelo manipulado pelas elites através da pressão do capital. A democracia representativa reconhece a pluralidade humana, o direito ao voto, rediscute o sentido de representação política questionando-a.

Autores como Santos (2002) alertam para o fato de que em países nos quais existem maior diversidade étnica; entre aqueles grupos que têm maior dificuldade para

ter seus direitos reconhecidos, caso que se aplica as mulheres, os/as negros/as, os/as indígenas e ao Brasil, é necessário buscar mecanismos de inclusão que garantam a diversidade das ideias e a inclusão dos historicamente excluídos. É através dessas mudanças que dependem inclusão dos segmentos sem voz.

Ao buscar novas interpretações e ampliação do sentido de democracia, é importante considerar segundo Ferreira (2015, p.216) que “a democracia será sempre um projeto em construção que passa por um processo de redefinição do seu significado cultural”. Nesta redefinição cabe questionar o atual modelo de democracia representativa em voga no Brasil, uma vez que grande parte da sociedade não se sente representada pelos seus dirigentes. As mulheres hoje se constituem menos de 15% das representadas na atual conjuntura política brasileira e os negros são apenas 12%. Por esta razão urge pensar a democracia participativa buscando desta forma incluir os anseios daqueles que ao longo da história foram impossibilitados de levantar a voz para apresentar seus projetos de sociedade, seu olhar mais atento a realidade dos grupos sociais que ficaram à margem dos processos de decisão.

A democracia participativa segundo Ferreira (2015) parte do princípio que os indivíduos ainda são tratados de forma desigual, em termos de classe social, de gênero, geração, de orientação sexual, de raça e etnia e considera que é importante garantir o acesso aos bens e serviços - cultura, lazer, educação de qualidade, saúde e moradia – a todos indistintamente. Neste modelo de democracia há reconhecimento dessas desigualdades e as ações e projetos são pensados no sentido de construir estratégias para que o Estado funcione como um organismo catalizador das desigualdades devendo desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão em geral gerados pela concentração de poder, de renda, pelos preconceitos naturalizados, que impossibilita o acesso de vários segmentos nas diferentes formas de participação na vida coletiva que leve em conta essas diferenças e que busque mudanças sociais direcionadas na construção da igualdade de fato e de direito.

### **2.1 A LUTA DAS MULHERES POR DEMOCRACIA E IGUALDADE DE REPRESENTAÇÃO:** um percurso cheio de curvas

Nas lutas por emancipação nos diversos continentes, as mulheres foram parte importante das resistências. Chistine de Pizan no seu memorável a Cidade das Damas

questiona o porquê da história e dos homens em especial, terem negado a presença das mulheres na história, e porque nos descrevem com tanta negatividade:

[...] quais poderiam ser as causas e motivos que levaram tantos homens, cléricos e outros, a maldizerem as mulheres e a condenarem suas condutas em palavras, tratados e escritos. [...] filósofos, poetas e moralistas, e a lista poderia ser bem longa, todos parecem falar com a mesma voz para chegar a conclusão que a mulher é profundamente má e inclinada ao vício (PIZAN, 2012, p.52)

O silêncio da presença e participação das mulheres na história republicana e na construção do processo de redemocratização do Brasil, notadamente durante toda as décadas de setenta e oitenta, bem como as ações dos movimentos feministas resistindo ao Regime Militar revelam as formas expressivas de atuação deste segmento no sentido de questionar e pressionar o Estado democrático que estava em construção. São muitas os exemplos que denotam essa presença e contribuição. São notórias as contribuições das mulheres na negociação de espaços estratégicos no cenário político brasileiro. Ao enfatizarem que “o pessoal é político” e “o privado é público”, as feministas transgrediam o lugar comum destinado às mulheres. Tais expressões passaram a ser canais de disputas entre os movimentos feministas e os poderes constituídos e em construção.

Essas lutas e disputas marcam a presença das mulheres no contexto do Estado democrático em formação após a ditadura militar. Estas lutas políticas travadas na rua e nos bastidores da construção do estado possibilitou avançar na criação de estruturas públicas e permitiram visibilizar a ação das mulheres por direitos e igualdade. Da construção dos organismos de igualdade de políticas para as mulheres, à implementação de estruturas legais e de proteção, as mulheres conseguiram a partir desta intensa luta implementar políticas públicas de segurança, notadamente as delegacias especiais da mulher, educação de gênero nas escolas, a lei das cotas para mulheres na política, entre tantas outras conquistas implementadas. (FERREIRA, 2007).

### **3 SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES E OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL**

As conquistas das mulheres na democracia brasileira foram ampliadas no período que corresponde aos anos de 2003-2015 que compreende os governos de Luiz



Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nesse período as estruturas foram ampliadas mais ainda, com a criação de varas de combate à violência, promotorias da mulher, leis trabalhistas, mudança no Código Civil, ampliação das pesquisas com enfoque de gênero, fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres que deram maior dimensão as lutas feministas e constituíram-se como respostas do Estado brasileiro aos movimentos feministas. Esses avanços, porém, não alcançaram alguns setores a exemplo dos espaços de poder e decisão, em especial os legislativos nas esferas municipais, estadual e federal. Os números ínfimos de representação feminina no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e câmaras municipais, retratam a incompletude da democracia no Brasil e os desafios para esse segmento social sub-representado.

A Sub-representação das mulheres nos espaços decisórios é reflexo dos processos de exclusão no mundo social e político. Esse mundo foi construído pela sociedade através da cultura ao internalizar a inferiorização das mulheres legitimando as normas impostas pelo patriarcado que negou as mulheres o direito de se expressar, de representar e muitas vezes o direito à existência. No livro *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação capitalista*, Silvia Frederici nos reporta às muitas formas de interdição das mulheres e como os seus saberes foram ignorados pela ciência e apropriados pelo capitalismo, fato que explica em grande parte sua exclusão social, política. Sua interdição no mundo público pode ser mensurada pela sub-representação nos espaços de decisão que contribuiu para seu cerceamento, seu silenciamento, seu enclausuramento e sua retirada da cena pública e na naturalização da violência contra esse segmento social. Importante ainda lembrar as palavras de Silvia Frederici (2017, p.146):

[...] a separação entre a produção e a reprodução criou uma classe proletárias de mulheres que estavam tão despossuídas como os homens, mas, que, diferente deles, quase não tinham salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras.

O processo de exclusão das mulheres não apenas da ciência, mas da vida social, econômica e política, reflete nos dias atuais na sub-representação. Essa constatação também é considerada por Costa (2012, p. 17) quando afirma que: “A maioria das

mulheres ainda não pode decidir sobre suas próprias vidas, não se constituem enquanto sujeitos histórico e político, não exerceram ou exercem o poder, seguem oprimidas vivenciando as mais diversas formas de opressão”.

A sub-representação política feminina segundo Ferreira (2019) está relacionada aos números ínfimos de mulheres eleitas nos pleitos para os diversos cargos de poder e representação. É um conceito que denota a discrepância entre eleitorado feminino e número de mulheres eleitas.

A sub-representação é reflexo das condições que precedem os pleitos eleitorais: está nas relações patriarcais em que convivem os partidos internamente. É visto como fator determinante para desestimular a presença das mulheres nos campos de decisão partidária, está também na cultura do silêncio que lhes foi imposta e na educação de gênero, que impõe às mulheres assim como aos homens, valores que subestimam as mulheres, desqualificam sua opinião e desestimulam seu exercício de cidadã. (FERREIRA, 2019. p. 42).

É importante destacar ainda segundo a autora que sub-representação reforça a ideia de subalternidade e incide de forma discriminatória sobre as poucas eleitas “[...] que se sentem tolhidas e muitas vezes intimidadas no espaço de poder, dados as exigências de um modelo de candidatura forjada a partir das relações capitalistas e patriarcais, que exige o uso de vários recursos, um deles é o da oratória, por exemplo, sendo que as mulheres não foram educadas e treinadas para falar em público, ao contrário, foram desestimuladas ao uso da fala, foram desestimuladas a se manifestar, isso contribui em grande parte para não se colocarem como candidatas. (FERREIRA, 2019. p. 43).

Vale ainda lembrar que a sub-representação viola o princípio democrático dos cidadãos e em especial das cidadãs, na medida em que se observa os dados eleitorais que evidencia uma distinção entre o voto dado as candidaturas femininas e masculinas, ou seja, o processo de escolha obedece visões patriarcais marcadas pelos estereótipos de gênero.

Esses fatos implicam e explicam no percentual de mulheres eleitas para assumir os espaços de poder nas esferas públicas brasileira. Explica também a pouca adesão das mulheres nas listas de candidatas. Ao avaliar o número de mulheres eleitas para a

Câmara Federal nos últimos 36 anos, período que se inicia a reabertura política, no Brasil, conforme tabela I, observamos que apenas 308 mulheres foram eleitas, num universo de 4.745 homens:

**Tabela I – REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL – 1982-2018**

PERÍODO LEGISLATIVO	MULHERES	HOMENS	PERIODO LEGISLATIVO	MULHERES	HOMENS
2015-2018	51	462	1995-1998	34	479
2011-2014	45	468	1991-1994	29	484
2006-2010	45	468	1987-1990	26	469
2003-2006	42	471	1982-1986	8	471
1999-2002	28	485			

Observem pela tabela I que em 1982 apenas 8 mulheres estavam presentes nas cadeiras do Congresso Nacional e 36 anos depois somos apenas 51 mulheres eleitas. Os números surpreendem, tendo em vista a lentidão das mudanças. Ao analisar a situação das mulheres nas esferas públicas observamos que muitos países vem alterando as relações patriarcais no âmbito dos espaços de poder e decisão, principalmente nas esferas dos legislativos, porém, é visível que a sociedade concentrou o poder nas mãos dos homens, são eles que dominam a economia e a política na maior parte dos países do mundo, embora tenhamos exceções em países como Alemanha, cujo comando político está sob a responsabilidade de Ângela Merkel há mais duas décadas, e a Islândia e Nova Zelândia cujas dirigentes tem se destacado pelas políticas públicas de igualdade de gênero, implementadas nestas nações.

A situação de subalternidade das mulheres forjada na sociedade patriarcal contribuiu para que sua voz não tenha ressonância. Suas falas e expressões aparecem apenas quando estão sob delegação de algum cargo de poder, (reitora, senadora, deputada, vereadora, delegada, gerente, chefe de setor), ainda assim, é com muito esforço que suas vozes repercutem. O machismo exacerbado impede que as mulheres sejam ouvidas, consideradas iguais e com capacidade e determinação para definir rumos, caminhos para a sociedade. É como se estivessem sempre seguindo a sina descrita na fala de Pitágoras quando declara: “uma mulher em público está sempre deslocada”.

#### 4 CONCLUSÕES

A construção do Estado democrático é um processo que subtende rupturas com modelos excludentes e tensões permanentes entre Estado e sociedade organizada. Ao longo da construção da democracia no Brasil é possível perceber as dinâmicas das forças conservadoras em manter o status quo que contribuiu para a permanência de desigualdades e disparidades regionais, assim como desigualdades marcadas por critérios de classe, gênero, raça e etnia. Essas três grandes categorias ou demarcadores de desigualdades nos permitem compreender razões e porquês das mulheres e negros ainda não ser reconhecidos como sujeito de direito, e, como tal, poderem partilhar igualmente os bens sociais produzidos pela humanidade, assim como participar igualmente das decisões do País em diferentes dimensões e contextos.

Para construir uma sociedade de iguais não é fácil, dada às contradições desse estado que sofre pressão permanente das forças conservadoras que lutam para se perpetuar no poder e manter inalterado os ganhos das elites que há séculos se revezam no controle do Estado brasileiro. De outro lado os movimentos sociais se organizam e se contrapõem ao modelo das elites conservadoras exigindo do Estado políticas públicas que promova a igualdade. Dentre os movimentos sociais se articulam os movimentos de mulheres e feministas que pressionam o estado com demandas que buscam inverter as desigualdades de gênero construídas ao longo da história do País.

As experiências realizadas na Pesquisa Mulheres Relações de Gênero e Protagonismo Político: estudo, formação feminista e informação como estratégia de mudança na sociedade patriarcal, denotam os esforços de pesquisadoras feministas para trazer para o debate a questão da sub-representação a partir das experiências realizadas em sete municípios maranhenses que serão apresentadas nesta Mesa Redonda e expressam os esforços de alterar as relações de força e relações de poder que tem nos legislativos a maior expressão da desigualdade de gênero e raça e etnia e refletem a incompletude da democracia no Brasil.

Nestas experiências, fruto de estudos e intervenção, foi possível identificar que o protagonismo das mulheres está em inúmeros atos e inúmeras organizações espalhadas pelos municípios maranhenses além destes estudados, porém, estão invisíveis, aparentemente não estão pleiteando cargos, pois não são vistas pelos seus

pares como capazes de interferir na vida pública. A pesquisa demonstra que as mulheres querem e desejam participar da vida das cidades, querem que sua opinião e seus projetos sejam contemplados nos planejamentos estatais e municipais, as mulheres têm clareza de seu papel político e social e conhecem a fundo os problemas vividos em cada cidade, diante disso podemos afirmar que a sub-representação das mulheres evidencia a exclusão secular que tem interditado sua presença nos processos decisórios, manter esse modelo implica em manter a sociedade machista e patriarcal, dominada pelos homens brancos da elite brasileira, significa manter as estratificações que anula a presença dos negros, indígenas e pobres. Alterar as relações de produção e as relações racistas, machistas e patriarcais é neste contexto o horizonte das feministas que como nós estudam estratégias de uma sociedade igualitária, não apenas no discurso, mas na prática cotidiana em que vivemos, estudamos e atuamos, somente assim podemos afirmar que estamos de fato vivenciando uma democracia plena.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcântara. (Org.). **Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

\_\_\_\_\_. COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento de mulheres**. Brasília: Agende, 2012. Disponível em: [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br). Acesso em 18 maio, 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiaru. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação capitalista**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Maria Mary. **Mulheres, protagonismo e sub-representação: dados para pesa e transformar as relações de gênero no Maranhão**. São Luís, 2019. 275p.

FERREIRA, Maria Mary. Igualdade de gênero e participação política. In: SOUZA, Cristiane de Aquino. In: **Democracia, Igualdade e Liberdade: perspectivas jurídicas e filosóficas**. Rio de Janeiro: Lumem Juris. 2015. p.211-228.

\_\_\_\_\_. **Vereadoras e prefeitas maranhenses: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero**. São Luís: EDUFMA, 2015.

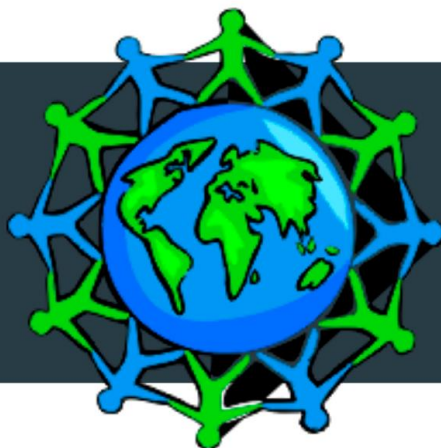
LEIA a íntegra da reunião ministerial de 22 de abril. In: **Notícias UOL**. 22 maio, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/confira-a-integra-da-degravacao-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril.htm>> Acesso em 23 maio 2020.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e o silêncio da História**. Bauru:EDUSC, 2005.

PIZAN, Christini de. A Cidade das damas. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Deplagne. João Pessoa: Editora da Universidade da Paraíba, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VEJA os principais pontos da reunião ministerial que teve gravação divulgada pelo STF. In: **G1 Globo**. 22 maio, 2020. Disponível: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghtml>> Acesso em 23 maio 2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

MESA COORDENADA EIXO 9

GÊNERO, DEMOCRACIA E PROTAGONISMO FEMININO: desvendando as  
nuanças da sub-representação das mulheres na política

## GÊNERO, PATRIARCADO E POLÍTICA EM MORROS (MA)<sup>1</sup>

GENDER, PATRIARCHY AND POLICY IN MORROS (MA)

Silse Teixeira Freitas Lemos<sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa em pauta apresenta como objetivo identificar elementos que compõem a realidade política das mulheres do município de Morros, Maranhão, situando-as frente aos desafios do seu cotidiano marcado por estereótipos que as condicionam, face os papéis tradicionais atribuídos a elas, na sociedade do patriarcado. A partir de dados coletados, a participação das mulheres morruenses nos processos representativos da esfera política do Município torna-se visível. Por meio de questionários, com perguntas objetivas e questões abertas, foi possível compor o cenário sociopolítico no qual tem ocorrido a inserção das mulheres nas ações de escolha de representantes políticos do povo morruense. Com os dados colhidos e, mediante análise deles decorrente, foi possível conhecer as formas de resistência, de enfrentamento da desqualificação das mulheres quando pretendentes ao espaço público, mas persistentes quando se trata de pleitear lugares de representação política, duramente alcançados.

Palavras-chave: patriarcado; mulheres; política.

### ABSTRACT

This research aims to identify elements that make up the political reality of women in the municipality of Morros, Maranhão, situating them in the face of the challenges of their daily lives marked by stereotypes that condition them, in view of the traditional roles attributed to them, in patriarchy society. From the collected data, the participation of women from the city in the representative processes of the Municipality's political sphere becomes visible. Through questionnaires, with objective questions and discursive questions, it was possible to compose the socio-political scenario in which women have been included in the actions of choosing political representatives

<sup>1</sup> Essa Mesa coordenada integra o Eixo Temático 9: Questões de Gênero, Raça/Etnia e Geração, realizada durante o III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas- SINESPP/UFPI.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo. Integrante do Grupo de pesquisa e Estudos sobre Tempo, Trabalho, Identidade e Serviço Social - GEPTISS. E-mail: silselemos@gmail.com.

of the people of Morros. With the data collected and, through of that analysis, it was possible to know the forms of resistance, forms of facing the disqualification of women when they are interested in the public space, but persistent when it comes to pleading for places of political representation, hard to reach.

**Keywords:** patriarchy; women; politics.

## INTRODUÇÃO

Quando se trata de abordar as relações sociais onde as mulheres buscam protagonizar papéis considerados tradicionalmente como masculinos, como é o caso da participação efetiva na esfera política da sociedade, torna-se necessário recorrer-se à compreensão e significado da categoria patriarcado na sua forma substantiva – como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal (CASTRO e LAVINAS, 1992). Contudo, isso não se faz de maneira a simplificar o discurso das estudiosas feministas que não detêm unanimidade na aplicação do conceito. Tem-se clareza dos conflitos e da ausência de coerência teórica entre as estudiosas da questão, mas preserva-se a escolha por se considerar “o uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres (MORGANTE e NADER, p.2, 2014)”. A afirmação é, para nós, convincente por identificar a amplitude da dominação presente nos diversos espaços da vida social, que atua não só no meio familiar, no mundo do trabalho, na mídia ou na política (MORGANTE e NADER, 2014).

Frente à questão do poder do patriarcado o protagonismo político das mulheres encontra-se diluído nas múltiplas incursões patriarcais ratificadas nos clássicos papéis atribuídos às mulheres como “mães” e “esposas”, resguardados na esfera doméstica como espaço de sua responsabilidade e da histórica construção cultural de que o lar é o lugar da realização das mulheres. Nesse panorama, a insurgência de mulheres que tem se colocado além do paradigma sociocultural de restringir as suas vidas ao espaço privado enfrenta obstáculos restritivos e persistentes a sua participação na política., embora exista a legislação que destina percentuais de cargos eletivos para mulheres. Frente a tais constatações, a pesquisa em tela se propôs identificar elementos que compõem a realidade política das mulheres do município de Morros, Maranhão,



situando-as frente aos desafios do seu cotidiano marcado por estereótipos que as condicionam, face os papéis tradicionais atribuídos a elas, na sociedade do patriarcado.

A pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e quantitativa, trouxe à luz os aspectos essenciais das vivências das entrevistadas, para que se conhecesse a dinâmica das mulheres morruenses nas suas práticas de caráter político, por meio da utilização de entrevistas com questões fechadas e abertas, orientadoras da análise construída.

Os resultados apresentam as condições, os esforços, os desafios e o enfrentamento das morruenses para a afirmação das mulheres no campo político local. Também foram significativos para o conhecimento geral do que pensa a sociedade de Morros a respeito da participação de mulheres na representação política no município, face aos problemas vivenciados naquela comunidade, bem como para a orientação de procedimentos futuros destinados à capacitação, via educação política, no exercício de cargos e funções políticas no município de Morros, Maranhão.

## **2 MULHERES, PATRIARCADO E POLÍTICA EM MORROS**

O município maranhense de Morros possui 17.783 mil habitantes e atualmente possui uma extensão territorial de 1,715,17 km<sup>2</sup>, e limita-se com Icatu, Humberto de Campos, Belágua, São Benedito do Rio Preto, Cachoeira Grande e Axixá (ROCHA, 2011 e IBGE, 2010). As atividades econômicas são: a pecuária, o extrativismo vegetal, as lavouras permanente e temporária, o setor empresarial com 59 unidades atuantes e o trabalho informal constituem as fontes de recursos para o município. No âmbito turístico, os rios Munim e Una são as atrações, também igrejas e casas antigas detém valores históricos apreciáveis.

Numa realidade eminentemente masculina, a presença as mulheres na sociedade morruense tem significado a conquista de espaços políticos. Embora as dificuldades sejam relevantes, marca uma trajetória afirmativa no espaço público que também requer a participação feminina efetiva.

As lideranças entrevistadas são mulheres que têm um envolvimento sólido na política do município: 71,5 % foram candidatas a vereadoras, e 4 delas foram vereadoras no Município, fato importante para mudar a realidade de submissão e ausência de reconhecimento sociopolítico das mulheres de Morros.

As mulheres que estão em cargos públicos são mais velhas. Isso reflete as diversas funções com as quais se encarregam na vida cotidiana, exercendo duplas e triplas jornadas de trabalho. Elas “precisam” cuidar da casa, dos filhos e do marido. Não dispõem de tempo maior para seguir uma carreira pública. São mulheres que realizaram uma longa caminhada na política do Município envolvidas em sindicatos, associações, movimentos sociais, conselhos, secretarias, grupos das igrejas e de partidos políticos agregando à militância as tarefas que foram consagradas como "obrigação de mulher". Atuam no espaço político que é público, sem deixar os *encargos do âmbito doméstico e familiar*, posto que para o patriarcado que rege a sociedade é questão sine qua non da vida feminina.

A presença das mulheres integrando a vida política se constitui tímida, mas gradativa desconstrução de pressupostos do paradigma patriarcal. É preciso entender o pensamento patriarcal como justificador das condutas impressas na sociedade, as quais garantem a subalternidade das mulheres, como está expresso por Sylvia Walby e discutido por Miguel (2014) ao afirmar que o conceito de patriarcado tem condições de "capturar a profundidade, penetração ampla e interconectividade dos diferentes aspectos de subordinação das mulheres". Quer-se, aqui, atualizar a validade conceitual do termo – patriarcado – localizá-lo no tempo contemporâneo, posto que há divergentes posicionamentos a respeito da questão como, ao invés de patriarcado, poder-se-ia utilizar a aplicação da expressão dominação masculina sugerida por Miguel (2014. p.19) ao afirmar que "seria mais correto e alcançaria um fenômeno mais geral que o patriarcado". Entretanto, opta-se em manter, o conceito de patriarcado, dada a carga simbólica da expressão e a complexa amplitude que é capaz de dar conta. Assim como patriarcado está colocado, entende-se que abstrai as novas configurações apresentadas no âmbito político, social, cultural e econômico pois que não fica restrito ao tempo histórico, reatualiza-se, reveste-se de contemporaneidade.

Para as entrevistadas o cuidado com os filhos é primordial. Uma depoente afirmou que só não iniciou mais cedo sua militância política porque tinha muitos filhos pequenos para criar. 78,5 % das entrevistadas possuem filhos, demonstrando que a maternidade além de ser uma função importante para mulheres, reflete a imposição social à reprodução, uma obrigação estabelecida na divisão dos sexos.

Outra imposição às mulheres, e nas palavras de Simili (2008, p. 25, grifo do autor) “missão e destino da mulher na terra” é a questão do casamento. As entrevistadas são, em sua maioria, solteiras (Gráfico 3), mas há uma ocorrência a ser considerada: em relação ao estado civil, mulheres que se dizem “solteiras” mantêm união com companheiros, vida familiar e filhos sem afirmarem serem casadas, por considerarem que casamento requer a certidão em cartório.

A questão raça/etnia, merece destaque, pois que muitas mulheres não conseguem se auto declarar negras. Quando perguntadas sobre sua cor respondiam com dúvidas, demonstrando dificuldades. Tal atitude é reflexo direto da questão racial, uma vez que o Brasil é uma nação que precisa dar passos largos para alcançar a igualdade entre as etnias que definem a nossa população, já que historicamente o país é marcado por três longos séculos de escravidão.

No quesito religiosidade, sem exceção, as entrevistadas são cristãs, sobressaindo-se a religião católica com 78,5%, a qual retrata a formação histórica da cidade de Morros. O município é marcado por personagens religiosos que contribuíram para a política e para a resolução dos problemas sociais do povo morruense, com destaque para Mosenhor Bacellar e o padre Luís Muraro, os quais foram grandes articuladores das organizações sociais e contribuíram para o desenvolvimento das ações de saúde e educação da cidade (ROCHA, 2011).

Das mulheres entrevistadas 21 % são formadas em curso superior, ou estão nesse processo de formação (29%) integralizando 50%, e mais 28% com pós-graduação lato sensu, num total de 78% portadoras de escolaridade acima do nível médio de escolarização. Há entrevistadas que relatam possuir dois cursos superiores, porque prezam o estudo e não querem ficar “paradas”. É importante frisar que as mulheres com cursos superiores são professoras, cujos reflexos se mostram nas suas bandeiras de lutas, pois defendem uma educação mais digna e de qualidade. É destacável o posicionamento revelador de maturidade e consciência política das lideranças femininas as quais, por viverem a experiência profissional de professoras, sabem atribuir o devido valor à educação como mecanismo impreterível para a formação do povo, sem a qual as conquistas humanas e sociais não são viáveis. As professoras de Morros entrevistadas, transformadas em lideranças, abrem espaços de participação social, pela

via da política, no poder do Estado. Por isso foram ou são vereadoras e almejam candidaturas futuras.

Das 14 mulheres entrevistadas 7 já foram candidatas para o cargo de vereadora e 4 foram eleitas vereadoras no município de Morros. Os municípios são espaços onde as mulheres mais se destacam na política, diferentemente das esferas estaduais e federais, na qual o exercício implica em uma gama de deslocamentos e por ser uma esfera maior de poder e de decisão o acesso para as mulheres é muito difícil (COSTA, 1998).

Outra questão que chama a atenção foi que, quando indagadas sobre seu posicionamento em relação à Lei nº 9.100/96 conhecida como Lei das Cotas, que reserva 30% das listas eleitoras para mulheres (ABRANTES, 2010). Questionam e discordam da lei, consideram o percentual determinado insuficiente.

As lideranças entrevistadas não compreendem a cota como uma conquista das mulheres para adentrar à esfera de poder, embora tenham clareza da importância das mulheres nesses espaços, como forma de participação para mudar a realidade política e facilitar o acesso da população aos seus direitos, inclusive das mulheres do Município. A ideia predominante nas entrevistas de que 50% seria o percentual aceitável traduz a visão de equilíbrio e direitos iguais entre homens e mulheres. Existe também a clareza do papel a ser desempenhado quando se assume uma candidatura: se não há interesse próprio não se admite uma falsa participação. As entrevistadas não aceitam encenações ou a manipulação de candidaturas sem intenções reais de contribuição para ascensão política das mulheres.

Em relação à opinião masculina, quando se trata do marido ou companheiro, a ausência de apoio vai além de negar a cooperação para uma trajetória política exitosa da mulher. Há uma perversa atitude de desqualificação e hostilidade face à aspiração dela na expressão de que “se você não dá conta nem daqui de casa, imagine com os problemas da rua”. O conteúdo de violência moral e psicológica é suficientemente eloquente para desqualificar a mulher para quem a expressão foi dirigida

Quando entrevistadas, as mulheres relataram que a violência é um dos principais problemas que as afetam. Ao serem questionadas sobre os mecanismos para coibir a violência do município, responderam que não havia nenhuma ação por parte do poder

público para combater essa violação aos direitos humanos contra as mulheres. Uma liderança relatou que foi criado, por parte das mulheres da cidade, um grupo chamado AMOR- Associação de Mulheres Morruenses que consiste numa organização que contribui para combater a violência contra a população feminina, com palestras e reuniões. Uma outra liderança relatou que, no seu mandato de vereadora, “lutou” para implementar uma Delegacia da Mulher, mas não obteve êxito.

O problema da violência coíbe as mulheres de adentrar o espaço público, como as entrevistadas relatam, pois também afeta de forma direta a sua participação nesses espaços. Vale lembrar que não se fala só da violência doméstica ou intrafamiliar, mas da violência moral enfrentada todos os dias no cotidiano, nos partidos políticos, no local de trabalho, na rua, e em todos os lugares que ocupam.

Às mulheres ainda é atribuído o espaço doméstico, por isso adentrar no espaço público é um grande desafio, elas ainda sofrem muitos preconceitos e discriminações. Nesse sentido, as entrevistadas expressaram-se sobre as dificuldades encontradas para se candidatar a algum cargo eletivo, para participar dos partidos políticos. O exemplo é que apenas 28,5% ocupam cargo no diretório municipal porque ainda há desinteresse e atitudes dificultadoras que concorrem para o acesso limitado das mulheres nos partidos políticos.

No município de Morros os partidos políticos continuam sendo estruturas eminentemente masculinas, nas quais as mulheres são incorporadas para preencher as cotas e por conveniência que o cenário político naquele momento exige. As falas predominantes dão conta de que a busca de candidatas corresponde ao preenchimento de cotas prevista em lei e não impulsionada pelo interesse de que, efetivamente, tenha-se a participação contributiva das mulheres no processo partidário democrático com a culminância no exercício das funções de Estado.

Em resposta à indagação de como analisam a participação das mulheres nos cargos eletivos no Maranhão, 57% das entrevistadas responderam que são pouco reconhecidas, mas são mulheres de luta, com percentual de 35, 5%. Apontam que embora estejam nos espaços de poder e decisão, de modo a contribuir para a construção da democracia e da cidadania ao agregar as suas experiências e vivências para elaborar as leis e construir políticas públicas para promover a equidade de gênero,

não são evidenciadas como promotoras dessas ações (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2010).

É interessante sublinhar, que mesmo ao afirmar serem as mulheres mais trabalhadoras do que os homens e pouco reconhecidas, as lideranças entrevistadas, quando perguntadas sobre a percepção na ação das mulheres na política formal, 43% afirmaram que não notaram ações das mulheres que estão nos cargos eletivos. As dificuldades encontradas no desempenho das atribuições no exercício de um mandato é ainda causado pela definição de papéis aos homens e às mulheres, na tradicional colocação do espaço político e da vida pública para os homens, e às mulheres, mesmo gestoras, a prioridade é o espaço privado, algo enraizado de tal forma que, quando as lideranças femininas tem um desempenho aquém da expectativa no exercício do poder, reforçam - se esses estereótipos (GONÇALVES, 2007).

Ainda no sentido de representatividade política, ao perguntar às lideranças se as mulheres não votam em mulheres, 85,5% responderam que discordavam, pois, mulher vota, sim, em mulher, o que é contraditório e instigante, uma vez que elas não notam ações das mulheres na política formal:

É interessante observar que essas mulheres lideranças tinham clareza da importância de eleger mulheres: 64% das entrevistas foram candidatas a cargos eletivos, com o intuito de mudar a realidade de pobreza e violência de Morros. Porém, hoje na Câmara Municipal, somente uma mulher está presente: a presidenta da Câmara, Andreia Morais. Mas porque muitas mulheres se candidatam, mas praticamente nenhuma foi eleita? Pelo fato de não receberem apoio político e financeiro e embora estejam filiadas aos partidos políticos que é a porta e entrada para o espaço de poder e decisão.

Ainda se faz necessário lembrar o discurso amplamente divulgado das inferências judiciosas acerca dos papéis femininos e a pseudo vocação das mulheres para a vida recolhida dos lares, vigente na história, e o poder patriarcal dominante que menospreza a possibilidade de desempenho delas na política. Existe desconfiança, também por parte das mulheres que são fruto dessa mesma sociedade do patriarcado, sobre as suas companheiras que ousam se candidatar. Considera-se, além disso, os pactos, as alianças familiares ou oligárquicas que fortalecem algumas candidaturas e dificultam a projeção

de outras. Soma-se à influência e ao prestígio de determinados conchavos o poder econômico que detêm e o uso feito para conquista de votos.

As mulheres se estiverem nesses espaços como “laranjas”, ou seja, para preencher os 30% das cotas, existirão sérios desdobramentos para ação política democrática. Esse aspecto apresenta uma questão ética crucial para a democracia, para o processo político partidário e para as próprias mulheres. As candidatas “laranjas” são depreciadas na sua condição de mulheres e cidadãs por serem vistas como indivíduos sem expressão política verdadeira, servíveis às manobras espúrias.

Para eleger mulheres é importante que elas estejam presente nesses espaços de poder. A presença das mulheres nesses espaços é essencial, porém, é preciso mais do ocupar esse espaço, é preciso investir na formação política dessas mulheres. Para o bom desempenho no parlamento, precisa-se também investir na formação de gênero, pois as mulheres têm dificuldades de se perceberem como integrantes da sociedade patriarcal, esse sistema opressor que estabelece hierarquias entre os sexos, em que a mulher por ter nascido mulher, é vista como um ser inferior. É preciso esclarecer que essas desigualdades não são naturais, mas oriundas de relações sociais e de poder que foram construídas pelos sujeitos da dominação (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2010 e FEEREIRA et al., 2016).

As lideranças políticas entrevistadas exercem poder em vários espaços públicos, desde as secretarias municipais até nas igrejas, vivenciando desafios e limites em sua trajetória. Essas mulheres marcam a história política de Morros, muitas resistiram aos mandos políticos das oligarquias; foram presidentes de partidos; lideraram frentes de resistências; choraram mas persistiram nos seu intentos; foram humilhadas pelos os homens no seu local de trabalho; mas são mulheres com experiências de vida incomum e de inspiração para o gênero feminino que contribuíram para o estudo de maneira a permitir que se explore os aspectos cruciais da trajetória de busca afirmativa das mulheres na vida pública de Morros.

A cidade de Morros possui mulheres lideranças capazes de atuarem nos objetivos dirigidos à mudança da realidade de sua cidade, cuja complexificação pode ser alcançada com o atingimento de consciência política. Essas mulheres possuem níveis de consciência política diferente, ou seja, possibilitados pela sua vivência cotidiana, daquilo

que é experienciado e processado conforme a construção sociocultural de suas vidas. A consciência política requisita elementos fundamentais para atingir a identidade coletiva movida por crenças, valores e expectativas sociais; saber e conviver com interesses antagônicos e adversários; compreender a eficácia política; considerar os sentimentos de justiça e injustiça; deter sentimento e vontade para agir coletivamente; considerar metas e ações do movimento social (SANDOVAL 1994 apud GONÇALVES, 2007, p.5).

O nível de consciência política varia de acordo as ações que essas mulheres desenvolvem, conforme suas histórias de vidas e com seu grau de formação. A educação é um importante aspecto que influencia na consciência política dos sujeitos (GONÇALVES, 2007).

### **2.1 A Visão da população morruenses sobre a presença das mulheres na política**

Para fazer essa análise, entrevistamos 62 pessoas, sendo 39 mulheres e 23 homens moradores dos principais bairros da cidade, em geral.

Em relação à escolaridade, apenas três mulheres dentre todos os entrevistados possuem nível superior completo; a maioria da população possui ensino médio incompleto correspondendo a 40% da população. Sendo assim, as mulheres apresentam grau de instrução mais elevado dos que os homens. Demonstra-se que mesmo as mulheres sendo desvalorizadas e com poucas oportunidades, possuem um nível maior de letramento.

Em se tratando de faixa etária 43,5% são pessoas com idade de 10 a 19 anos; 32% possuem idade de 20 a 30 anos; a população jovem é muito expressiva. Quando questionados se haviam votado nas últimas eleições e os motivos que os fizeram votar, 63% disseram que votaram, e quanto aos motivos para votar apenas 39 pessoas responderam à pergunta; sendo que 36% votaram porque era obrigatório e 59% votaram para melhorar a sua cidade. Isso demonstra que a população de Morros almeja mudanças qualitativas para a sua cidade e acredita que a via para a obtenção de melhoria de condições de vida relaciona-se com o desempenho político dos seus representantes.

No que se refere à cor/raça 72,5% são pardos; 8% são negros e 18% são brancos. Somando-se o total de negros e pardos chega-se ao total de 80,5%. Retrato da



população maranhense, em que as influências de índios também marcam nosso passado histórico. O Maranhão no período colonial foi o Estado que mais recebeu negros, face ao caráter da ocupação colonial exploradora do trabalho escravo e marcada profundamente pela hierarquia social com o domínio dos proprietários rurais.

O quesito religião demonstra que 45% são católicos, e 59,5% são protestantes/evangélicos. Esse dado, na primeira observação, indica que a primeira tendência de implantação religiosa, a católica, persistente por mais de quatrocentos anos foi ultrapassada pela entrada de novas expressões de religiosidade cristã representada pelos grupos protestantes/evangélicos.

Quanto ao número de filhos das pessoas entrevistadas, 64,5% não possuem filhos, um dado muito interessante, uma vez que a maioria dos entrevistados são jovens dentre 10 a 19 anos, derrubando o julgamento de que, nas cidades pequenas e com pouco desenvolvimento, a população de mulheres jovens engravida mais cedo. 26% responderam possuir de 1 a 2 filhos; 6,5% responderam que possuem 2 a 3 filhos e 1,5% responderam que possuem mais de 5 filhos; 1,5% não responderam.

Sobre a renda familiar dos entrevistados, foi perguntado sobre o valor da renda familiar: 1% disseram que viviam apenas com o Benefício da Bolsa Família; 56,5% responderem que sobrevivem apenas com um salário mínimo; 24,5% disseram que sobreviviam com dois salários mínimos; 9,5% disseram que viviam com 3 salários mínimos; 5,5% disseram que recebiam 4 salários mínimos e 4% recebiam acima de cinco salários mínimos. Os depoimentos corroboram a pequena renda de mais da metade da população tipificando as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos morruenses.

## **2.2 A Visão da população sobre as mulheres, trabalho e vida política**

Dentre as barreiras para as mudanças da condição das mulheres encontramos a cultura androcêntrica e conseqüentemente a dominação do homem a qual está arraigada na sociedade, que ainda submete as mulheres a uma vida de exploração, humilhação, destituição de direitos e subjugação.

Nesse desse contexto que abrange a vida das mulheres, perguntamos aos entrevistados como analisavam a vida delas no município de Morros. 32,5% afirmaram que mulheres ganham muito menos que os homens, isso demonstra que existe, sim, a

disparidade salarial que só se explica pelas conhecidas práticas de discriminação ao delegá-las a condição de sujeitos secundarizados.

Perguntou-se à população de Morros se conseguiam notar ou tinham conhecimento de algum programa ou política pública proposta pelos vereadores ou pelo prefeito que beneficiavam diretamente as mulheres, 72% responderam que sim, mas a maioria não citou quais os programas. As políticas públicas são confundidas pela população por campanhas do governo federal contra a violência, disque denúncia, passeatas 8 de março, trabalhos que embora tenham importância para chamar a atenção para as questões relacionadas com as mulheres só cumprem esse papel.

Questionados sobre o porquê da pouca participação e presença das mulheres na política em cargos eletivos, 45% dos entrevistados responderam que os partidos não estimulam as mulheres a participarem da política. Reflexo de um passado histórico em que as mulheres foram relegadas ao espaço privado, e destituídas da possibilidade de adentrar no mundo público. Embora se tenha, hoje, a Lei 9.504/97, conhecida como Lei das Cotas para as mulheres na política, que destina 30% para a participação do coletivo feminino nos partidos políticos, ainda há sub-representação nos espaços de poder e decisão. Ainda são consideradas como sujeitos apolíticos.

Seguindo a linha de raciocínio a respeito da participação das mulheres na política, perguntou-se aos entrevistados se caso hipoteticamente fossem se candidatar, quais projetos iriam defender para atender as necessidades da população como um todo. Apresentamos um conjunto de alternativas para optar em quantas alternativas desejassem. Destacou-se como principais: projetos de geração de emprego e renda com 79 % e projetos para melhorar a educação com 66%.

A preocupação principal é com a questão do desemprego e renda que tem sido um dos problemas mais enfrentados pelas cidades brasileiras. O desemprego tem se alastrado pelo país, considerando-se, no caso local, a população ocupada de Morros como equivalente a 5%, índice muito baixo (IBGE, 2018).

Por fim, perguntou-se aos entrevistados quais os projetos iriam defender os interesses das mulheres se hipoteticamente fossem candidatas a cargos eletivo e, mais uma vez, destacam-se os projetos de geração de emprego e renda com 77% das opiniões. O desemprego tem sido uma preocupação na vida dos habitantes de Morros,

em todos os segmentos. Se para os homens tem sido uma grande dificuldade a falta de emprego, para as mulheres é bem mais complexo, uma vez que, o mercado de trabalho tem dividido os caminhos entre ambos. Elas têm menos oportunidades de almejam cargos de chefia, embora sejam mais dedicadas e com nível mais elevado de estudos, exemplo esse usado para ilustrar os obstáculos que permeiam a trajetória daquelas que se aplicam com afinco na vida profissional.

Por fim, ressalta-se que 35% relataram projetos de combate à violência contra a mulher, como prioridade na elaboração de programas e projetos para beneficiar as mulheres. Essa indicação permite refletir sobre os índices alarmantes da violência contra as mulheres que chamam a atenção da sociedade, com destaque lamentável para a violência doméstica e sexual que atinge o coletivo feminino, e independe de classe, orientação sexual e raça, mas incide, sobretudo, nas camadas mais pobres da sociedade (FERREIRA, 2015).

### 3 CONCLUSÃO

A participação de mulheres na vida política tem sido uma das bandeiras feministas de larga permanência. Avançou-se, de modo considerável, a partir dos movimentos sufragistas até as conquistas mais amplas com a presença feminina nos parlamentos ao considerar-se a milenar distância da maioria das mulheres dos espaços públicos, assegurada e mantida pelo paradigma sociocultural cujo pressuposto de sustentação valia-se de uma forma de racionalidade que conferia aos homens, machos da espécie humana, a supremacia nas relações sociais, sob a ideologia do patriarcado.

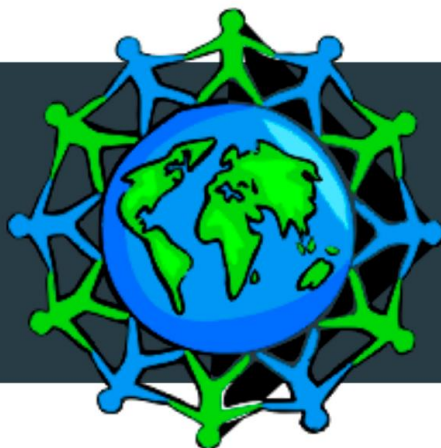
O panorama político morruense apresentado pelas mulheres que fazem política mostra aspectos decorrentes da sociedade patriarcal vigente ainda que as entrevistadas pertençam a um grupo com experiências expressivas no espaço público, com conteúdo político. Depara-se com um fenômeno da contemporaneidade, mulheres que buscam, por meio de uma vontade férrea, com respaldo nos direitos humanos, a superação de obstáculos de elevado alcance. São mães donas de casa com encargos educativos em relação à prole; serviços domésticos extenuantes não divididos; trabalho profissional para participar das despesas familiares ou delas dar conta integralmente; estudos para alcançar maior

compreensão dos complexos elementos que compõem a sociedade; participação na vida política do Município visualizando futuro mais justo, com oportunidades para as mulheres. É a luta contra o obscurantismo que insiste em contra-atacar e ameaçar as conquistas das consciências abertas, dentre as quais as mulheres se destacam brilhantemente.

## **REFERÊNCIAS**

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

MORGANTE, Mirela M; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. Anais do XVI do Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas: Rio, 2014



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

MESA COORDENADA EIXO 9

GÊNERO, DEMOCRACIA E PROTAGONISMO FEMININO: desvendando as  
nuanças da sub-representação das mulheres na política

## PODER E EMPODERAMENTO FEMININO EM TURIAÇU (MA)<sup>1</sup>

### FEMALE POWER AND EMPOWERMENT IN TURIAÇU (MA)

Marly de Jesus Sá Dias<sup>2</sup>

#### RESUMO

Considerações sobre relações de gênero, poder e empoderamento feminino na política brasileira. Com base em aportes teóricos, documentais e empíricos da pesquisa “Mulheres, Relações de Gênero e Protagonismo Político: estudo, formação feminista e informação como estratégia de mudança na sociedade patriarcal” no município de Turiaçu/MA, discute a desigualdade de gênero em termos de prestígios, valores e poder entre homens e mulheres na sociedade, o que em muito contribui para o distanciamento destas últimas da vida pública, instâncias políticas, comumente vistas como estranhas ou difíceis de serem conciliadas com as responsabilidades que já têm em casa. Conclui-se que a luta pró-equidade de gênero é fundamental para o aprofundamento da democracia no país, desconstrução de relações de gênero respaldadas na supremacia masculina, usufruto de oportunidades mais equânimes entre homens e mulheres, respeito às diferenças, com preservação dos direitos a participação, ocupação de espaços públicos pelo público feminino, salvaguardando suas autonomias e liberdades.

**Palavras-chaves:** Relações de gênero, Mulheres, Poder, Empoderamento feminino

#### ABSTRACT

Considerations about gender relations, power and female empowerment in Brazilian politics. Based on theoretical, documentary and empirical contributions of the research “Women, Gender Relations and Political Protagonism: study, feminist education and information as a strategy for change in patriarchal society” in the municipality of Turiaçu / MA, it discusses gender inequality in terms of prestige, values and power between men and women in society, which

<sup>1</sup> Essa Mesa coordenada integra o Eixo Temático 9: Questões de Gênero, Raça/Etnia e Geração, realizada durante o III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas- SINESPP/UFPI.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas pela UFMA. Integrante do Grupo de pesquisa e extensão em relações de gênero, étnico-raciais e geracional, mulheres e feminismos - GERAMUS. E-mail: marlydejesus@yahoo.com.br.

greatly contributes to the distancing of the latter from public life, political instances, commonly seen as strange or difficult to be reconciled with the responsibilities they already have at home. It is concluded that the fight for gender equity is fundamental for the deepening of democracy in the country, deconstruction of gender relations supported by male supremacy, enjoy more equal opportunities between men and women, respect for differences, with preservation of the rights to participation, occupation of public spaces by the female public, safeguarding their autonomies and freedoms.

**Keywords:** Gender relations, Women, Power, Women's empowerment

## INTRODUÇÃO

Por muito tempo os espaços destinados à política foram por excelência dos homens. Gradualmente, lutas e resistências protagonizadas por movimentos reivindicatórios, como os feministas tem possibilitado alterar esse cenário. A conquista pelas mulheres de direitos sociais, políticos e trabalhistas, foi significativa para que o público feminino enfrentasse as múltiplas desigualdades que lhes acomete cotidianamente (gênero, raça, classe, orientação sexual, dentre outras).

Contudo, é fato de que persistem dificuldades, a exemplo das que restringem/ou inviabiliza o acesso das mulheres às eleições nas esferas de poder do Estado e tenham voz ativa nas tomadas de decisões políticas. Não obstante, é frequente ouvirmos de que o distanciamento do público feminino desses espaços decisórios se deve ao fato de que as mulheres não se interessam pelo assunto ou, não são capazes de conciliar “suas” atribuições domésticas com as demandadas pela vida pública. Mas, seria mesmo isso? Ou essa exclusão de tais espaços é histórica, processados por um conjunto de discriminações e desigualdades em várias esferas da vida social? Decorre de papéis e poderes sociais distintos atribuídos a homens e mulheres, que se reflete não só nessa baixa representatividade das mulheres na política, mas, nas estruturas consagradas masculinas (partidos políticos, sindicatos, igrejas, judiciários)? Em busca de elucidar essas questões, o presente ensaio se propõe a discutir, ainda que preliminarmente e sem a pretensão de esgotar a temática, o que dizem as mulheres do município maranhense de Turiaçu nesse sentido, com o objetivo de contribuir para a construção de referenciais que amplie o debate sobre a sub-representação feminina no Maranhão.

Destacamos que o estudo foi fruto de investigação empírica, subsidiado por aportes bibliográficos e documentais processados no bojo da pesquisa intitulada “Mulheres, Relações de Gênero e Protagonismo Político: estudo, formação feminista e informação como estratégica de mudança na sociedade patriarcal” realizada no período de 2016/2018 nos municípios de São Luís, Barreirinhas, São José de Ribamar, Morros, Santa Luzia do Tide, Duque Bacelar e Turiaçu. Este último, lócus desta investigação.

A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Maranhão – Edital FAPEMA nº 007/2016 e com a nossa participação na condição de integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS. Grupo que se vincula ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ao Núcleo de Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA.

Os sujeitos componentes da amostra foram dez mulheres turienses, ocupantes de cargos nos espaços de decisão (partidos políticos, sindicatos, clube de mães, diretórios municipais ou grupo de mulheres), indicadas previamente pela população local. As mesmas foram convidadas a responder a entrevista semiestruturada, após ciência, consentimento prévio e garantia da confidencialidade de suas identidades.

## **2 RELAÇÕES DE GÊNERO, PODER E EMPODERAMENTO FEMININO NA POLÍTICA BRASILEIRA**

A luta para votar e ser votada foi um marco significativo para as mulheres, tanto pela vitória do pleito, quanto pelo valor histórico de demarcação do feminismo como movimento organizado com pauta unificada. No Brasil, esse direito se processou constitucionalmente em 1932, mas, não são sem restrições, uma vez que se destinava apenas às mulheres casadas com o aval dos respectivos maridos, e às solteiras ou viúvas, que, comprovadamente, auferissem renda própria<sup>3</sup>. Foram anos de embates, tendo à frente da luta mulheres corajosas que ousaram desafiar o poder dos homens.

---

<sup>3</sup> A Constituição de 1934 extinguiu estas restrições iniciais. Contudo, deteve a obrigatoriedade do voto somente as mulheres com exercício de trabalho remunerado em cargos públicos. Sua extensão a todas as mulheres só se processou na Constituição de 1946.

Porém, em que pese às positivities das conquistas obtidas pela ala feminina ao longo do tempo (voto, educação, direitos trabalhistas, dentre outros), tais aquisições não foram suficientes para extirpar desigualdades seculares que seguem com impactos em suas vidas (sobrecarga maior de trabalho doméstico, salários mais baixos para funções de mesmo nível, violências motivadas por gênero), sobretudo os êxitos não conseguiram alterar substancialmente as estruturas patriarcais, de classes e racistas que, juntas, no bojo da sociedade capitalista brasileira, se vinculam e retroalimentam ratificando relações discriminatórias e desiguais em todo o meio social (SAFIOTTI, 1987), ao mesmo tempo em que revela a incompletude da democracia no país, posto que a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, como inscrita na atual Carta Magna, espelhada na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), requer inviolabilidade e, principalmente, a universalidade de direitos e garantias fundamentais.

Adentramos o século XXI com desafios ilustrados em vários indicadores sociais, tal como os da sub-representação feminina em cargos estratégicos em todos os poderes da república brasileira. Dado visualizado no mundo inteiro, principalmente no âmbito do legislativo. No Brasil, apenas 10% das cadeiras do Congresso Nacional do país foram ocupadas pelas mulheres nas eleições de 2018, mesmo após 20 anos de vigência da Lei das Eleições (Lei 9.504/97)<sup>4</sup>.

Estudo realizado pelo Instituto Alziras denominado *Perfil das Prefeitas no Brasil (2017-2020)* realizado em 2018, mostra que, apesar das mulheres corresponderem a 51% da população brasileira, elas governam somente 12% das 5.570 cidades brasileiras. No que se referem às mulheres negras, estas governam somente 3% das prefeituras. Explicita também alguns dos desafios que muitas enfrentam: 53% já sofreram assédio ou violência política; 48% enfrentaram falta de recursos para campanha; 30% encararam assédio e violência simbólica no espaço político; 24% tiveram pouco espaço na mídia,

---

<sup>4</sup> Trata-se da Lei eleitoral que estabelece que cada partido ou coligação reserve o mínimo de 30% e o máximo de 70% de suas vagas para candidatura de cada sexo (artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997). Esta Lei recebeu o acréscimo da Emenda Constitucional n.97/2017 que, por sua vez, vedou, a partir de 2020, a celebração de coligações nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais. Com tal modificação, cada partido deverá, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito.



em comparação com políticos homens; 23% enfrentaram desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas; 22% sofreram por falta de apoio do partido e/ou base aliada; 22% arcaram com sobrecarga de trabalho doméstico, dificultando a participação na política (INSTITUTO ALZIRAS, 2018).

Os progressos obtidos com as cotas possibilitaram ampliação do percentual feminino no Congresso de 11% para 15% nestas últimas eleições, com representação de jovens negras, pobre, indígena e LGBTQ+. Contudo, as mulheres seguem com dificuldades para estarem igualmente representadas como os homens no exercício do poder político. Como explicar tantas disparidades entre os sexos?

Para entender como as relações entre dois sexos (masculino e feminino) são interpretados social e historicamente, o porquê deste primeiro deter mais possibilidades do que o segundo recorremos a referenciais teóricos que tratam das relações de gênero enquanto categoria teórica e de análise. Desse modo, apreendemos que ser homem e ser mulher é uma construção social, assentada em um conjunto de padrões que envolvem comportamentos e práticas que se inscrevem nos corpos, instituem lugares, expectativas sociais para cada indivíduo. Paulatinamente gestados de acordo com o sexo de nascimento de cada pessoa (se for homem, dar-se-á de um jeito e, se for mulher, de outro). Padrões prevalentes na construção das identidades de gênero, sob a influência do modelo político, econômico e cultural de cada época e lugar.

Trata-se, como aduz Ferreira (2016), de relações sociais desiguais em termos de prestígios, normas e valores, ideias e, de poderes entre homens e mulheres, operacionalizados em diferentes níveis, com sobrevalorização dos homens e desvalorização das mulheres. Processos socializados e disseminados pela família, escola, leis civis, divisão sexual e social do trabalho, cultura, indústria do entretenimento. Enfim, todas as esferas da vida social propagam “saberes e verdades” (MIRA, 2017).

Nesta lógica, homens e mulheres surgem como opostos e assimétricos, numa relação de domínio e subjugação (COSTA, 2020). Em que homens são caracterizados como dominadores, fortes, racionais, corajosos. Destinados ao mundo público, espaço em que o poder que lhes foi ensinado (na família, escola, vizinhança...), é explicitado através de sua virilidade e reafirmado nos discursos. Enquanto as mulheres são ensinadas a serem dóceis, meigas, atenciosas, avessas a tarefas mais complexas (como

as que exigem cálculos e força física), destinadas ao mundo privado, constituído pelo espaço da casa e seus arredores. Lugar onde podem (e devem) exercer o seu poder, mas, na condição de “rainha”, mãe, esposa, cuidadora do lar e daqueles que nele habitam, desempenhando funções que exigem menor esforço e capacidade intelectual, tais como: lavar, engomar, cozinhar, cuidar das crianças, dos idosos, dos doentes, como se estas atribuições fossem suas por natureza. Porém, destaca-se que essa apropriação de gênero não é linear, pacífica, estável, acabado, pelo contrário, é plural, dinâmico, o que significa que tais relações sociais de gênero podem ser questionadas, resignificadas e/ou reconstruídas (MIRA, 2017). Que o poder, detido com mais vigor por homens, não é de sua propriedade exclusiva, circula, pode ser redistribuído. O poder se exerce em linguagens, atos contínuos, repetidos ou simultâneos de fazer, o que faz com que os outros façam ou pensem a partir dele (KIRKWOOD apud COSTA, 2020).

Divisão de espaços, papéis e poderes são expressões do sistema patriarcal e estruturadores das relações (desiguais) de gênero na nossa sociedade, com consequências diversas, que levam a muitas mulheres a responsabilizarem-se sozinhas pelas atribuições domésticas e de cuidados, receberem menores salários, a intimidarem-se, julgarem-se incapazes para assumir determinadas funções, o que contribui para o distanciamento delas da vida pública, cargos de gestão. Contexto em que se soma a falta de apoio intrapartidário para conseguir recursos e custear campanhas, dificuldades para ter voz no cargo para qual foram eleitas. Barreiras que dificultam ou as inviabilizam de estar onde quiserem, a exemplo das instâncias decisórias do poder político (INSTITUTO ALZIRAS, 2018). E, em assim sendo,

A ausência das mulheres nesses espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais. A partir desses espaços, é possível perceber como essas distinções entre o que é ‘permitido’ e o que é ‘negado’, fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper com este ‘destino determinado’ que as exclui de participar da vida pública. (FERREIRA, 2010, p.49)

Ante o exposto, urge o fortalecimento da luta prol da equidade de gênero, para que mulheres e homens usufruam de iguais oportunidades para exercerem seus potenciais, ocuparem outros espaços, aspirarem postos, posições de influência e

contribuírem de forma ativa e propositiva com o desenvolvimento do país, na promoção de ações em prol das mulheres. Para tanto, devemos garantir que as vozes do coletivo feminino sejam ouvidas, estimular outras mulheres a seguir caminhos que lhes possibilitem tomar posse nas instâncias decisórias de poder:

É necessário que as mulheres que ascenderam ao poder tenham consciência de sua importância e influência, compreendendo que a desigualdade de gênero continua e que temos o compromisso de criar condições para que a mudança ocorra. (SOUZA, 2013, p.186).

Nesse sentido, urge o empoderamento das mulheres, para que pensem criticamente, estejam conscientes de que também são detentoras de poderes, direitos legais, façam escolhas, redefinam valores,

garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família (COSTA, 2020, p. 9).

## 2.1 PROTAGONISMO POLÍTICO DAS MULHERES EM TURIAÇU/MARANHÃO

A escolha de Turiaçu para composição desta amostra não se deu por acaso, mas, a partir de critérios tais como aspectos econômicos, sociais e culturais, densidade populacional, existência de lideranças representativas, órgãos municipais de políticas públicas para as mulheres e grupos organizados de mulheres que pudessem somar nos processos reflexivos e formativos de outras agentes multiplicadoras de ações em prol da equidade de gênero, principalmente nos espaços da política.

O município de Turiaçu localiza-se na Mesorregião Oeste do Estado do Maranhão e pertence à Microrregião do Gurupi. Consoante o Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, o município possui uma área de 2.578,5 km<sup>2</sup>, com 33.933 habitantes, dos quais 51,9% são homens e 48,1% mulheres. Sua densidade demográfica é de 13,16 habitantes por km<sup>2</sup>, ou seja, é um município com baixo índice de povoamento. Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas no município destacam-se a pesca, agricultura, pecuária, extrativismo, o comércio e a prestação de serviços (COSTA FILHO, 2015; apud; SILVA, 2017).

Atualmente, o município de Turiaçu é gerido pelo prefeito Joaquim Umbelino Ribeiro. Possui inúmeros desafios: enfrentamento da pobreza, mortalidade infantil,

déficit de profissionais e equipamentos de saúde, ao lado da sub-representação feminina na política local.

Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE, 2016), apenas uma mulher foi candidata a Prefeita por Turiaçu no último pleito, obtendo 788 votos. O número de candidatas a vereadoras foi 37 que representa 29% dos candidatos, contra 97 ou 71% dos candidatos. Apenas 1 (uma) mulher foi eleita pelo PT do B na eleição de 2016 para vereadora com 2,51% dos votos, ao lado de 12 (doze) homens, eleitos por diversos partidos.

Nunca é demais destacar que participar da vida pública é um dos caminhos para se alcançar a igualdade entre os gêneros, exterminar estereótipos que concorrem para o afastamento da ala feminina de cargos de prestígios e de candidaturas político-partidárias. Defendemos a assertiva que a participação ativa das mulheres é indispensável para a construção da democracia, de legislações e políticas públicas com a transversalidade de gênero.

Ao analisar os resultados do instrumental aplicado (entrevista semiestruturada) junto às mulheres indicadas pela população em uma pesquisa de opinião em Turiaçu, foi possível extrair informações que permitiram traçar um breve perfil das entrevistadas e entender o porquê de serem vistas como lideranças no município.

As entrevistadas se encontravam na faixa etária de 40 a 50 anos de idade, 80% a possuía filhos/as, cuja média de filhos variou de 1 a 10; 46,4% das entrevistadas eram divorciadas, 39,5% são solteiras e 14,4% são viúvas; 1005 católicas. No que refere a cor da pele, 65% das mulheres entrevistadas se autodeclararam pardas, 15% autodeclararam-se brancas e 21% declararam-se negras. No tocante à formação educacional, constatou-se que 33,3% das entrevistadas declararam ter o ensino médio completo, 22,2% declararam ter o ensino médio incompleto, 11,1% possuíam somente o ensino superior, 22,2% possuem ensino superior e pós-graduação e 11,1% estão cursando o ensino superior.

Note-se que se trata de um coletivo de mulheres adultas, maduras, mães que criaram praticamente sozinhas sua prole, sem contar com a contrapartida do país ou do Estado para auxiliá-las nessa lida. A condição de mulheres-mães dificultou, mas não impediu que as elas fossem à luta, perseguissem o desejo de engajamento político.

Neste coletivo de mulheres, a militância foi iniciada entre 14 anos e 45 anos, em diferentes espaços, tal como na escola do ensino básico, obras sociais de igrejas, clube de mães, sindicatos, ou na trilha da tradição política partidária familiar.

Mulheres que se reinventaram após divórcios, viuvez, ocupando posições em diretórios municipais, partidos políticos, sindicatos, clube de mães, associação comercial, conselho de educação, na luta em prol da garantia de direitos básicos, como educação, saúde, trabalho e renda. Ainda que no início desse percurso, nem todas tivessem a clareza das desigualdades de gênero vivenciadas, como por exemplo, de ganharem menos que os homens por serviços iguais, assumirem sozinhas as tarefas domésticas e ainda, tolerarem violências e maus tratos dos companheiros nas relações conjugais, discriminações por serem mulheres pobres, negras.

Foi perceptível que no município de Turiaçu há engajamento político das mulheres que merece ser destacado, na medida em que um percentual relevante delas participa ou já participou da política formal (88,9% são ou já foram filiadas a algum partido político e 50% com cargos no Diretório Municipal). Suas presenças nestes revelam não só desejos de mudanças, mas a ousadia para adentrarem e permanecerem em um mundo que historicamente lhes fora negado (FERREIRA, 2015, p. 38).

O que pode contribuir também para dar visibilidade às demandas femininas, criar espaço de reflexão e debate acerca da importância da representação política das mulheres, romper com estigmas de que a política não é seu lugar. Porém, como elas mesmas assinalam, esse número precisa aumentar. Apesar dos esforços feitos para adentrarem e permanecerem na política se veem pouco reconhecidas e, suas opiniões, em alguns momentos, desrespeitadas pelos colegas.

No que se refere aos seus posicionamentos em relação à Lei 9504/1997, ação afirmativa que beneficia a candidatura de mulheres no país, 99% delas reafirmaram sua legitimidade, mas, com observação no que se refere a sua implementação e fiscalização em todos os partidos políticos, de modo a garantir a candidatura feminina:

*Importante para que a mulher tenha incentivo na política (LIDERANÇA 1)*

*Ainda é muito restrita, deveria ser mais ampla, deveria ser 50% (LIDERANÇA 5)*

Algumas ações foram sugeridas pelas entrevistadas para ampliar a participação das mulheres na política:

*Palestras de conscientização para mulheres. Porque eu acho que as mulheres de Turiaçu ainda não abraçaram essa causa realmente, que as mulheres têm que ter esse espaço na política (LIDERANÇA 5);  
Cobrar do TSE mecanismos de fiscalização para punir partidos quanto a candidaturas laranja e assim como, os 30% de contas tenha validade também para distribuição do fundo partidário (LIDERANÇA 3).*

Relataram a imprescindibilidade de fortalecimento da luta em prol dos direitos femininos e apoio da sociedade de modo geral àquelas que se candidatam a cargos políticos, uma vez que as leis não são auto operantes. Sugerem que, para além das festividades em datas comemorativas (dia da mulher, das mães), sejam promovidas, por parte de movimentos feministas e organismos de políticas para mulheres, ações que incentivem o interesse, participação da ala feminina nos partidos políticos, via de regra, controlados por homens ricos e brancos, bem como sua candidatura nas eleições municipais.

Ainda que não seja fácil e nem simples conciliar múltiplas atribuições, tendo em vista que as mulheres respondem quase sempre sozinhas pelos afazeres domésticos e familiares, a representação política é um caminho para que haja mudanças também nesse sentido, de organização de possibilidades, investimentos financeiros, humanos, materiais para que essa inserção na política seja mais efetiva, suas ideias sejam conhecidas e aceitas pela sociedade. Daí porque urge fazer dessa reserva criada pela Lei Eleitoral, conversão em candidaturas possíveis, competitivas, o que requer atenção por parte dos partidos, sobretudo no que diz respeito à distribuição do fundo eleitoral, tempo de propaganda gratuita delas nos veículos de comunicação.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi possível apreender como as relações desiguais de gênero incidem sobre vida das mulheres, inviabilizando ou restringindo seus desejos pessoais e profissionais. Ao escutar as vozes das mulheres de Turiaçu, percebemos como tais relações atravessaram suas vidas através de representações, símbolos, regras, valores, ideias repletas de significados culturais, que as destinam para lugares, papéis,

destinos em que a política não estava inclusa, ao mesmo tempo em que revelou como operam as relações estruturais de poder que dificultam suas candidaturas e eleições, mesmo com vigência da Lei Eleitoral.

Contudo, nos fez apreender que em sendo esses processos socialmente construídos, também não são imutáveis, posto que a história é dinâmica, contempla resistências, oposições e contradições. Nesse sentido, nenhuma relação de poder é unilateral ou estável.

A condição de mulheres-mães solo, atribuições domésticas, dificultou, mas não impediu as mulheres turienses aqui reassentadas de protagonizarem lutas e conquistas que lhes deu o reconhecimento de *lideranças* no município. Trata-se de mulheres que se reinventaram, após separações conjugais, perdas de companheiros, como presidentes sindicais, líderes comunitárias, desenvolvendo ações para ampliar o acesso de outras mulheres a bens e serviços, tendo em vista que a política é uma das vias para vencer estigmas, alterar hierarquias de poder, influenciar nas decisões em todos os níveis do país.

Ante o exposto, se faz urgente e necessário empoderar com autonomia e liberdade o público feminino de que a política também é seu lugar e que sua auto-representação nesse espaço é fundamental para o aprimoramento da democracia brasileira, construção de relações de gênero mais equânimes entre os seres humanos. Para tanto, é preciso desafiar a cultura patriarcal, elevar o número de candidatas, contribuir para que superem o preconceito e adentrem na atividade pública na condição de vereadoras ou deputadas. Afinal de contas, a política também pode (e deve) ter feição feminina.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Alice. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres. NEIM/ UFBA, Salvador-BA. Disponível em: [http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais\\_apoio/textos\\_de\\_apoio/Genero\\_poder\\_e\\_empoderamento\\_das\\_mulheres.pdf](http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf). Acesso em 22.05.20.

FERREIRA, Maria Mary. **Os Bastidores da Tribuna**: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Igualdade de gênero e participação política. In: SOUZA, Cristiane

de Aquino. In: **Democracia, Igualdade e Liberdade**: perspectivas jurídicas e filosóficas. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015. p.211-228.

FERREIRA, Maria Mary et al. **Direitos iguais para sujeitos de direito**: empoderamento de mulheres e combate a violência doméstica. São Luís: EDUFMA, 2016.

INSTITUTO ALZIRAS, **Perfil das Prefeitas no Brasil: 2017-2020**. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

MIRA, Rita. **O Arquetipo da Princesa na Construção Social da Feminilidade**. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

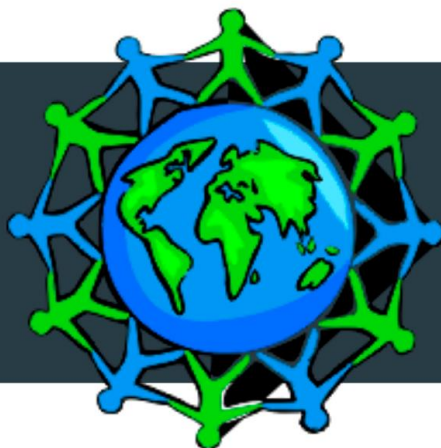
SAFIOTTI, Heleith.I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Francisca Sodré. **As mulheres no mercado de trabalho na cidade de Turiaçu – MA**. Faculdade Evangélica do Meio Norte, Coroat  - MA, 2017.

SOUZA, S.R. **A mulher nos espaços de poder político**. Banco Mundial. Cadernos Adenauer XIV, n  3, p. 183-198, 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORA (TSE). Divulga o de Candidaturas e Contas Eleitorais: Elei es 2016 – Turiaçu/MA. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br>. Acesso em 20.20.20.





Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

MESA COORDENADA EIXO 9

GÊNERO, DEMOCRACIA E PROTAGONISMO FEMININO: desvendando as  
nuanças da sub-representação das mulheres na política

## AUTONOMIA DAS MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO EM DUQUE BACELAR (MA)<sup>1</sup>

WOMEN'S AUTONOMY AND GENDER RELATIONSHIPS IN DUKE BACELAR (MA)

Neuzeli Almeida Pinto<sup>2</sup>

### RESUMO

Os papéis atribuídos às mulheres revelam os conservadorismos impregnados na sociedade que atribui às mulheres dedicação prioritária à vida doméstica e ao lar, os cuidados com família e o lugar de subalternidade no mundo público. A sub-representação de mulheres no poder expressa, por um lado, a exclusão das mulheres dos espaços de decisão e retrata a dificuldade do País em construir uma democracia plena na qual as mulheres possam ser vistas como protagonistas (FERREIRA, 2016). A proposta deste trabalho é refletir sobre a autonomia das mulheres e relações de gênero em Duque Bacelar. A pesquisa teve como objetivo ainda identificar mulheres com potencial para protagonizar lutas e que tenham interesse de ingressar na política e levantar demandas da população para melhorar a vida das mulheres no município, além de destacar a importância das mulheres na política local e saber sobre a necessidade de criação de mecanismos de participação das mulheres, para se tornarem sujeitos participativos.

**Palavras-chaves:** Mulheres. Autonomia. Relações de Gênero. Papéis Sexuais.

### ABSTRACT

The roles attributed to women reveal the conservatism ingrained in the society that gives women priority dedication to domestic life and the home, caring for the family and the place of subordination in the public world. The under-representation of women in power expresses, on the one hand, the exclusion of women from decision-making spaces and portrays the country's difficulty in building a full democracy in

<sup>1</sup> Essa Mesa coordenada integra o Eixo Temático 9: Questões de Gênero, Raça/Etnia e Geração, realizada durante o III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas- SINESPP/UFPI.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Maranhão (UEMA): Departamento de Ciências Sociais e do programa de pós-graduação em desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR); Doutorado em teoria e pesquisa comportamental pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Coordenadora do núcleo de estudos e pesquisa de gênero, sexualidade e família (NEGESF). E-mail: neuzelialmeida@globocom

which women can be seen as protagonists (FERREIRA, 2016). The purpose of this paper is to reflect on the autonomy of women and gender relations in Duque Bacelar. The research also aimed to identify women with the potential to fight and who are interested in joining politics and raising demands from the population to improve the lives of women in the municipality, in addition to highlighting the importance of women in local politics and knowing about the need creating mechanisms for women's participation to become participatory subjects.

**Keywords:** Women. Autonomy. Gender relations. Papers.

### **INTRODUÇÃO: Poder, patriarcado e relações de gênero na política em Duque Bacelar**

A proposta deste trabalho é desvendar as “Mulheres, Protagonismo Político e Relações de Gênero em Duque Bacelar”. A escolha deste município se deu em virtude de ser um dos municípios onde vamos encontrar uma das pioneiras na história de protagonismo feminino no Maranhão, conforme apontam os estudos de Ferreira (2010). Trata-se da protagonista Dalva Bacelar, que dá nome ao município maranhense localizado na Região dos Cocais Maranhenses.

No que diz respeito ao aspecto político do município, pode-se compreender que a presença da mulher nos cargos de poder ainda é restrita em relação ao número de vereadores/as eleitos/as desde 2000 até 2016. Conforme apontam os estudos de Ferreira (2015), a maioria das bancadas de vereadores no Maranhão corresponde quase sempre a um índice maior de homens, na ordem de 80%. Na eleição de 2004, por exemplo, não foi eleita nenhuma mulher para a Câmara dos vereadores em Duque Bacelar.

Na última eleição de 2016, o percentual de candidatas foi de 35% contra 65% de homens que concorrem a uma vaga na Câmara Municipal de Vereadores. Percebe-se a partir desses dados que as mulheres demonstram interesse em se candidatar uma vez que 19 mulheres se lançaram por diversos partidos nestas eleições de 2016. Entretanto apenas uma foi eleita. A falta de reconhecimento das mulheres como sujeito capaz de concorrer pela sua importância e valor e para garantir a democracia é ainda um debate pouco efetivado nos municípios. Aparentemente a política e, portanto, as câmaras municipais, são lugares de domínio dos homens. Em Duque Bacelar isso é perfeitamente

perceptível pelos números de mulheres que foram eleitas na Câmara Municipal deste Município nos últimos mandatos.

A sub-representação das mulheres na política de Duque Bacelar também surpreende quando se analisa o grau de instrução das mulheres. Segundo o IBGE, as mulheres possuem mais tempo de estudos. Em 2010, o índice de mulheres com ensino médio completo e superior incompleto equivalia a 22,9% e o dos homens a 21,3%. No que se refere ao ensino médio incompleto e fundamental completo, entre as mulheres o índice equivalia a 27,4% e entre os homens a 25,5%. (PORTAL ODM, 2017).

Para compreender como se deu a exclusão das mulheres nos cargos de poder e decisão na sociedade atual, deve-se desvendar primeiro como a invisibilidade das mulheres foi construída historicamente. Um dos conceitos chave para entender o problema são os estudos sobre patriarcado, que pode ser compreendido como “o sistema masculino de opressão das mulheres” (SAFIOTTI, 2009, p. 16).

As feministas radicais definiam o patriarcado como um sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho, ao qual estão sujeitas todas as mulheres, independentemente de sua condição de classe, raça e geração. (COSTA, 1998, p. 30).

Pateman (1993) traz a reflexão sobre o contrato sexual, e para isso aborda sobre o termo patriarcado para explicar como as relações de poder e autoridade do homem sobre a mulher são abrangentes e envolvem todos os aspectos da vida social. Para Pateman (1992, p.45), “o patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura da sociedade capitalista”. Compreende-se então que o patriarcado ainda se configura como uma ideia do contrato social moderno, que no início estabeleceu os direitos do homem e se configurou como direitos políticos sob a forma de dominação e subordinação (FERREIRA et al, 2016).

Os estudos sobre gênero que emergiram na década de setenta buscaram e buscaram desconstruir a inferiorização da mulher e sua elevação à condição de sujeito. A importância desses estudos foi primordial para que se rompessem com esses modelos que na maioria das vezes traziam uma imagem pejorativa sobre a mulher e que permanece até os dias de hoje (FERREIRA, 2003).

Para entender melhor a categoria gênero, trazemos a concepção de Joan Scott

(1995, p. 86). O gênero pode ser entendido como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]”. Vive-se em uma sociedade baseada em relações de gênero, que sempre colocou a mulher em situação de desmerecimento social.

O constructo das relações de gênero também se constitui no mundo da política, baseado na cultura patriarcal, se instituindo as desigualdades nos espaços de poder, como afirma o pensamento de Ferreira (2010, p. 56):

[...] as relações de gênero por sua vez são construídas socialmente e se articulam no mundo político a partir da cultura patriarcal. Assim o uso do termo gênero rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior.

Sobre a participação das mulheres na política, Ferreira et al (2016, p. 14) enfatiza ainda que “A ausência das mulheres nesses espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais.” A luta das mulheres contra essa realidade desigual nos espaços de poder surge como fator de suma importância dentro de uma perspectiva de uma sociedade igualitária.

Para que possamos analisar de forma prática a realidade de desigualdades nos espaços de poder, é importante destacar a obra de Ferreira (2015), em que a autora enfatiza que dos 5.565 municípios existentes no Brasil, 666 eram municípios liderados por mulheres, eleitas na eleição de 2012, que representam 11,9%; em relação às eleições de 2008, 505 municípios tiveram prefeitas eleitas, representando apenas 9,09% das mulheres brasileiras. A partir desses dados, observa-se que a inserção da mulher nesses espaços tem sido lenta (FERREIRA, 2016). Mas mesmo considerando a ação política dos movimentos feministas, o patriarcado ainda permanece e se metamorfoseia na contemporaneidade através de mecanismos de um modo cujos conflitos e antagonismos ainda não encontraram formas de superar as desigualdades que impõem à mulher uma posição de subalternidade (FERREIRA, 2010).

A desigualdade nos legislativos brasileiros é visível. Os números apontam que, mesmo considerando as lutas das mulheres ao longo das últimas décadas, estas

representam pouco mais de 12% do legislativo brasileiro. A eleição com uma maior participação das mulheres é o começo para concretização das decisões políticas e isso envolve todos os setores da sociedade, pois isso significa a garantia do acesso de todos(as) aos mesmos direitos, homens e mulheres. Assim, a luta deve ser de todos(as) para se atingir uma sociedade justa e igual, e instituindo o fim do sistema patriarcal que subjugava as mulheres e oprime as minorias sociais.

Quebrando paradigmas das profundas desigualdades no espaço de poder impostas da época, Dalva Bacelar foi a única mulher eleita à Constituinte de 1947. Existem poucos registros históricos, destes, sabe-se que Maria Dalva Machado Bacelar nasceu no dia 1º de fevereiro de 1925, na cidade de Coelho Neto, filha de Raimundo de Melo Bacelar e Maria Machado Bacelar, sendo a primogênita dos filhos. Passou parte de sua infância na cidade de Coelho Neto, onde se alfabetizou e fez o primário. Seu pai, Duque Bacelar, era detentor de um vasto patrimônio com extensas terras na região, e assim mandou Dalva e seu irmão Raimundo para São Luís para terminarem seus estudos e receberem melhor instrução educacional. Dessa forma, estudaram no Colégio São Luiz Gonzaga, da professora Zuleide Bogéa, onde concluíram o primário (BUZAR, 2005).

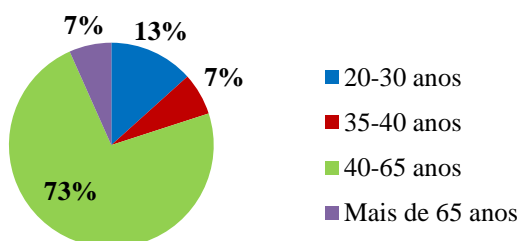
Em 1945, Dalva Bacelar é enviada para Teresina, onde concluiu seus estudos em Contabilidade. Vivia-se na época pleno Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas. O país transitava de uma ditadura para uma democracia que ainda estava em estado embrionário, pode-se dizer, embora essa época tenha sido o momento em que o Estado brasileiro, com todas as suas limitações, começou de fato a ser constituído. Foi uma época em que os estados eram dirigidos por interventores federais, que tinham como responsabilidade preparar as eleições para os cargos executivos e legislativos municipais e estaduais.

Antes do final do seu mandato, Dalva tomou duas grandes decisões. A primeira foi se mudar para Recife, devido aos negócios empresariais do marido, e a segunda, que não iria se candidatar à reeleição para a Assembleia Legislativa, cedendo assim o lugar para seu irmão Raimundo. Em Recife, dedicou-se a cuidar de sua família e acabou se afastando da política tempos depois; assumiu a ação empresarial e montou uma empresa, uma fábrica de flanela que teve grande expansão no mercado nordestino. (BUZAR, 2005).

## 2 O PERFIL DAS LIDERANÇAS FEMININAS EM DUQUE BACELAR

Em relação à faixa etária das entrevistadas, percebe-se que a maioria está na faixa de 40 a 65 anos, totalizando-se 73%, como mostra o Gráfico 3. Isso demonstra dois aspectos: primeiro, que as mulheres nessa faixa etária já estão mais livres para participarem da política, pois “O isolamento na vida doméstica retira delas a possibilidade de estabelecer a rede de contatos necessários para se lançar na carreira política.” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.94). Assim, nessa idade supõe-se já diminuíram o cuidado com filhos, por exemplo, e assim disponibilizam mais tempo. O segundo aspecto é que infelizmente as mulheres mais jovens, com idade entre 20 e 30 anos, que somaram apenas 13% (Gráfico 1), ainda não estão integradas nesses espaços, não participam tanto quanto se esperava, sendo, portanto, pouco expressivas no ambiente político.

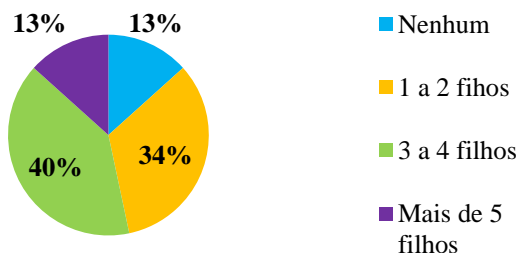
**Gráfico 1:** Gráfico da faixa etária



Fonte: Elaborado pelas autoras. ANO: 2018

Percebemos que para as mulheres a inserção no espaço público se dá um pouco mais tarde, como identificado na pesquisa, e isso configura a condição da maternidade, a carga familiar, a realidade de mulheres como chefes de família dentro de suas casas, as novas ocupações fora do lar, a questão do mercado de trabalho, a participação no ativismo político e a retomada da carreira escolar (FERREIRA, 2012).

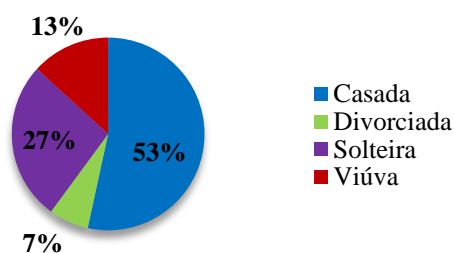
**Gráfico 2:** Gráfico da quantidade de filhos das entrevistadas



Fonte: Elaborado pelas autoras. ANO: 2018

Percebemos que a maioria das entrevistadas tem filhos, sendo que 34% possuem de 1 a 2 filhos, 40% possuem 3 a 4 filhos e 13% possuem mais de 5 filhos (Gráfico 2). O grande número de filhos não é um empecilho para que elas atuem no município, embora se saiba que nos dias atuais na nossa sociedade patriarcal persiste a destinação diferenciada de papéis sexuais para a mulher e o homem, limitando a mulher ao espaço do privado, onde lhe destina as atividades de cuidados da família, ou seja, contribuindo para reforçar a visão sobre a domesticação feminina que passou a ser “[...] vista como um traço natural e distintivo [da mulher], mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios”. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 32). Mas, nota-se que esta realidade está mudando. As mulheres de Duque Bacelar são um exemplo, que demonstrando não há empecilhos para sua participação nos cargos, no ambiente político e nas lutas pelos direitos.

**Gráfico 3:** Gráfico do estado civil



**Fonte:** Elaborado pelas autoras. ANO: 2018

Analisando o Gráfico 3 notamos que a maioria, 53% das mulheres lideranças, são casadas; já as mulheres solteiras são 27%, as divorciadas correspondem a 7%, e as viúvas correspondem a apenas 13%. Pode-se perceber uma maior participação de mulheres casadas, apesar de disporem de menos tempo, visto que as suas atividades são maiores devido aos cuidados com a casa e filhos, o que lhes retira o tempo para participarem da vida política.

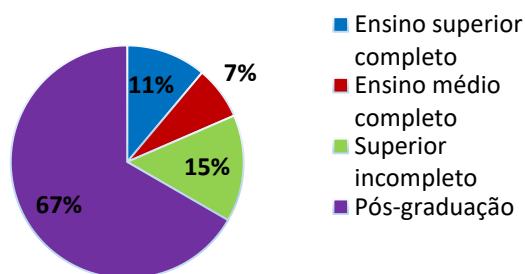
Podemos apontar a divisão sexual do trabalho relacionando os papéis sexuais que designam à mulher as atividades domésticas; no entanto, mesmo assumindo as atividades relacionadas ao âmbito doméstico, as mulheres exercem o trabalho em troca de um salário, no escritório, na fábrica, no comércio, conseguindo assim ser socialmente responsável pela manutenção e pela ordem da casa, pelos cuidados do marido, pela

socialização dos filhos e por preparar as gerações mais jovens para a vida adulta, exercendo assim, a dupla jornada de trabalho (SAFFIOTI, 1987).

No entanto, a necessidade constante de conciliar papéis familiares e profissionais acaba por restringir a disponibilidade das mulheres para o trabalho e participação na vida pública e política. De fato, estudos revelam que o tipo de inserção e o modo de participação feminina no mercado de trabalho e no contexto da política dependem de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como idade, número de filhos, posição na família, rede de apoio, estado conjugal e composição familiar. Depende, assim, da participação decorrente de uma dinâmica interação/inter-relação dos fatores anteriormente mencionados com as necessidades da família e com o papel social da mulher.

Além disso, a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho e ocupação de cargos políticos são processos inseridos em distintos contextos societários e apresentam distintas motivações. Podemos evidenciar dois conjuntos de motivações: o primeiro conjunto agrega motivações como a realização individual, o desejo por autonomia e independência que estão ligados aos valores mais modernos, resultados tanto das lutas feministas por direitos iguais quanto do processo de individualização da sociedade contemporânea; o segundo agrega a necessidade econômica, para a complementação da renda familiar, em especial nas sociedades tão desiguais como a brasileira (Bruschini, 2000).

**Gráfico 4:** Gráfico da formação/ grau de instrução



**Fonte:** Elaborado pelas autoras. ANO: 2018

O número de mulheres com formação acadêmica superior é bem relevante (82%), sendo que 67% das entrevistadas informaram ter pós-graduação e 11%



concluíram o ensino superior (Gráfico 4). Esse dado corrobora os estudos de Ferreira (2015, p. 103) quando afirma que as mulheres têm “mais conhecimento formal, o que se subentende maior capacidade de compreender os problemas dos municípios e encontrar saídas [...]”. A educação formal leva a maior reflexão sobre a sociedade e contribui para que decisões sejam tomadas com maior racionalidade, embora se saiba que “[...] muitas pessoas com pouco estudo têm consciência crítica e visão de mundo mais ampla que muitos com curso superior.” (FERREIRA, 2015, p.103).

Notamos que um número expressivo de mulheres entrevistadas já foi ou está filiado a partidos políticos, o que equivale a 87% delas, um número que é bem relevante, pois demonstra que as mulheres estão participando da vida pública e adentrando nesses espaços que durante muito tempo eram apenas designados ao homem. Apesar disso, ainda há um longo caminho a ser traçado para se alcançar a igualdade de gênero, pois a mulher, na maioria das vezes, apesar de participar dos partidos, não está inserida dentro das discussões e atua como coadjuvante. A fala de uma das entrevistadas evidencia esta realidade em Duque Bacelar:

*[...] vejo que a mulher é mais discriminada até mesmo na campanha, quando a gente está nos trabalhos, eu percebi que até em cima do palco, no palanque, os homens tomavam a frente e não deixavam nem chegar perto, às vezes eu pedia pra ter o nosso espaço também e eles não deixam, então eu acho que a mulher ainda é discriminada e que precisa mesmo ter mais mulheres.*  
(LIDERANÇA 12, Julho/2018, Duque Bacelar/MA).

A participação das mulheres em partidos políticos evidencia que elas estão conquistando seu espaço na vida pública, uma vez que historicamente os partidos políticos foram considerados organizações masculinas, comuns na esfera pública e ainda são vetados às mulheres (COSTA, 1998).

Os partidos políticos são parte do componente do sistema político, são eles que garantem a democracia representativa em vigor na maioria das nações democráticas. Segundo Araújo (2004, p. 194), “o poder político representativo é requisito e dado constitutivo da vida social moderna, e os partidos são organizados com vistas à disputa desse poder”. Porém, não se pode deixar de considerar que hoje as democracias estão sendo questionadas. Para Boaventura de Sousa Santos (2002), é necessário discutir o sentido da democracia, dada a exclusão de segmentos sociais, como negros, mulheres,

indígenas.

A sub-representação das mulheres em cargos eletivos denota que a democracia no Brasil não se consolidou e evidencia que a cultura patriarcal que vem se diluindo em muitos países, no Brasil se renova, principalmente no período que precede o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, quando se acirram os discursos de ódio contra as mulheres. (FERREIRA, 2018, p.4)

Embora seja minoria no diretório municipal da cidade, pois 78,6% não têm nenhum cargo, as mulheres estão demarcando seu espaço e estão inseridas na vida política. Identificamos que, das lideranças entrevistadas, as que ocupam cargos no diretório municipal são em maioria do PMDB, PPS e do PC do B.

A Lei de Cotas (Lei 9.100/95) para as mulheres na política é considerada um grande avanço, pois possibilitou a entrada de mulheres no ambiente político. A lei resultou da luta dos movimentos feministas e das mulheres que buscam a igualdade de gênero e o reconhecimento da sociedade para ampliar a representação feminina nos espaços de poder e decisão, e se configura como o primeiro passo de muitas medidas para se alterar o atual quadro de sub-representação das mulheres na política no Brasil.

Apesar da existência dessa lei, poucos avanços foram alcançados, conforme afirma Costa (1998, p.190): “Temos há treze anos uma lei de cotas, que de tão frágil não conseguiu trazer qualquer alteração na distribuição do poder no país, e as mulheres continuam excluídas das esferas de decisão.” Isso ocorre devido “[...] à falta de sanções para aqueles partidos que não atingem os 30% em suas listas de candidaturas.” (COSTA, 1998, p. 190). Apesar do problema real denunciado pela pesquisadora, a cota é um começo para que as mulheres adentrem nesses espaços que ainda são predominantemente de domínio masculino. Mesmo com todas as dificuldades, a ação das mulheres no mundo público, pensando a partir das suas lutas em diversos movimentos sociais, como por exemplo: a luta pela moradia, pela saúde, a luta pela violência contra a mulher, destaca-se a importância das mulheres na política visando assim trazer mudanças que possam melhorar a vida da população e trazer as questões de gênero para os espaços de decisão. Assim, as entrevistadas relatam que percebem diferenças nas atitudes das mulheres dentro desses espaços de poder e decisão:

*“Na melhora feita das mulheres elas lutam, trabalham, são generosas, melhoram a educação e a saúde”. (LIDERANÇA 5, Julho/2018, Duque Bacelar/MA)*

Para se atingir a igualdade de gênero almejada pelos movimentos feministas e das mulheres, é necessário ter a compreensão da importância das mulheres no poder, tanto como eleitoras quanto como candidatas. Neste contexto, questionamos às entrevistadas se mulher não vota em mulheres, 64% responderam que discordavam, e algumas mulheres responderam que não se trata apenas de votar por serem mulheres, mas que isso depende das propostas, se elas tiverem um bom trabalho, e também pelo fato de haver poucas mulheres na política. Algumas ressaltaram a importância de eleger mulheres, pois isso incentiva outras mulheres, e assim as mulheres se tornam mais unidas na luta.

*“Relativo, às vezes as mulheres merecem voto, mas não voto só porque é mulher.” (LIDERANÇA 11, Julho/2018, Duque Bacelar/MA).*

Para promover essa mudança, precisamos capacitar e mobilizar essas mulheres para romper barreiras, quebrar as amarras dos mandos familiares e dos homens. A autonomia e o empoderamento nesse momento torna-se uma ferramenta de mudança, pois as mulheres revestem-se de recursos materiais e de conhecimento, desafiam a ideologia da subordinação e promovem a transformação social (BATLIWALA, IN MEDEL-AÑONUEVO, 1997, p.83 apud FERREIRA, 2001).

Dessa forma, o processo de autonomia das mulheres que atuam no campo da política representa um desafio às relações patriarcais nos espaços socioinstitucionais, em especial dentro do espaço de poder, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero, o que significa uma inversão dos mecanismos de poder patriarcais, fundamentados na opressão e na mudança de normas, crenças, mentalidades, costumes, práticas sociais e conquistas dos direitos das mulheres, garantindo a estas a autonomia no que se refere ao controle dos seus direitos e da igualdade das relações. Cabe lembrar ainda que o contexto político é atravessado por experiências de exclusão das mulheres, devendo ser revertido em luta e resistência para que a autonomia e o empoderamento destas mulheres as leve a ocupar maior espaço político de poder.

Quando questionadas se teriam vontade/interesse de se candidatar a algum cargo eletivo, 50% responderam que se candidatariam. Isto revela o desejo e interesse

das mulheres de participarem da vida pública de suas cidades, visando à igualdade social e de gênero, ao desejo de lutar pelas mulheres e mudar o atual contexto de sub-representação das mulheres.

*“[...] a mulher tem que participar mais né, lutar mais, até porque eu vejo assim que nós mulheres temos a cabeça mais voltada para a questão da sociedade, mais honestas; deixa eu te dizer: vemos hoje como a política do nosso país está né, as mulheres têm uma visão melhor sobre a política.” (LIDERANÇA 13, Agosto/2018, Duque Bacelar/MA).*

Assim, ressaltamos que as lideranças entrevistadas em Duque Bacelar são mulheres que atuam em organizações sindicais, movimentos populares e sociais, entidades e partidos políticos (conselhos, igreja, secretaria da mulher, conselho da mulher, na câmara dos vereadores). Nas suas falas demonstram capacidade e interesse em trazer mudanças na estrutura social e política de Duque Bacelar. Ainda existem muitas barreiras para que todas as mulheres percebam a sua importância na política e entendam que esse espaço também pertence a elas.

### **O olhar da população sobre as mulheres na política**

Foi realizada uma caracterização da população de Duque Bacelar, 76% eram do sexo feminino e 24% do sexo masculino. E de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o número de habitantes no município de Duque Bacelar era de 10.649 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 33,50 habitantes por km<sup>2</sup>. Desse total, a população masculina representa 5.383, enquanto a população feminina é de 5.266. Dessa forma, percebeu-se que nesse ano o número de homens era maior que o de mulheres, pois correspondia a 50,55% e as mulheres eram 49,45%.

Em relação ao estado civil, os dados representados aqui indicam que, a maior parte da população do município é solteira, tanto as mulheres, que equivalem a 56% das respondentes, quanto os homens entrevistados (65%). Na outra grande parte que é casada, 33% são mulheres e 25% são homens.

Em relação ao grau de instrução, a maioria das mulheres, ou seja, 42%, possuem ensino médio completo. Um importante dado da pesquisa é o fato de que 20% das mulheres cursaram ou estão cursando o ensino superior e 9% estão cursando pós-graduação. Ainda sobre o grau de instrução, 50% dos homens possuem ensino médio

completo, 10% dos homens possuem ensino superior incompleto, e nota-se também um número relativo de 20% dos homens que se declararam analfabetos. Os dados apontam que as mulheres, a exemplo do que vem ocorrendo no mundo, têm mais tempo de estudo, estão mais preparadas formalmente para pensar e refletir sobre os problemas da sua cidade e país, dada a formação superior que é um fator agregador de conhecimentos.

A grande maioria dos entrevistados possuíam apenas Bolsa Família. Assim 66% das mulheres declararam ter apenas 1 salário-mínimo, 19% possuem 2 salários-mínimos e 9% na faixa de 3 salários-mínimos. Entre os homens, 54% responderam que só possuem 1 salário-mínimo, 31% possuem 2 salários-mínimos e 7% possuem 3 salários-mínimos.

Questionados sobre a avaliação do papel do vereador em quem eles tinham votado nas últimas eleições, 34% das mulheres declaram que estão satisfeitas com o trabalho do vereador no município, 39% afirmam que não estão satisfeitas e 27% não acompanham; já os homens responderam sim, que estão satisfeitos com o trabalho do vereador (25%), enquanto 65% disseram que não, e 10% disseram que não acompanham. Em relação ao trabalho do prefeito no município, as mulheres responderam em sua maioria (62%) que estão satisfeitos com o trabalho, 27% responderam que não e 11% não acompanham; já os homens avaliaram da seguinte forma: 55% disseram que estão satisfeitos com o trabalho do prefeito, 35% disseram que não e 10% declaram que não acompanham.

Quando questionados sobre conhecerem algum projeto ou programa do seu vereador para beneficiar o município, identificou-se que 52% das mulheres disseram que não conhecem nenhum projeto ou programa, 32% disseram que sim e 16% que não acompanham. Em relação aos homens 80% responderam que não conhecem nenhum projeto ou programa, 15% disseram que sim e 5% não acompanham. No que se refere aos programas ou projetos específicos para beneficiar as mulheres de Duque Bacelar, conforme os dados coletados, 78% das mulheres responderam que não conhecem nenhum projeto ou programa e apenas 22% responderam que sim. Dentre os homens que foram entrevistados sobre esse aspecto, 75% declararam não conhecer nenhum projeto e apenas 25% disseram conhecer algum projeto ou programa para as mulheres.

Assim, é notório que a população não tem conhecimento a respeito de projetos que os vereadores desenvolvem na cidade, tanto de benefício para o município quanto em relação a projetos ligados à questão das mulheres, com a Câmara de vereadores da cidade predominantemente de homens. Assim, é importante eleger mulheres para esses cargos de poder e decisão, pois “A eleição de mulheres é importante para garantir a democracia no Brasil e permitir que se viva a democracia nesses espaços ainda patriarcais onde as mulheres ainda são tolhidas e agredidas [...]” (FERREIRA et al, 2016, p. 21). Para a referida autora, são as mulheres nesses cargos que trabalham em projetos que beneficiam as mulheres, como já foi comprovado em seus estudos.

Em relação à vida das mulheres no município de Duque Bacelar, 47% das entrevistadas disseram que as mulheres trabalham mais do que os homens, para 23% delas as mulheres trabalham igual e 10% afirmaram que a vida das mulheres é igual à dos homens. E para os homens, sobre a vida das mulheres no município, 21, 33% responderam que as mulheres trabalham mais que os homens, 28% disseram que elas ganham menos que os homens e 22% afirmaram que elas sofrem mais violência.

Sobre a visão da população a respeito das poucas mulheres na política, para 30% das mulheres, política é coisa de homem, 22% afirmam que as mulheres não se interessam por política, mas 22% responderam que política é coisa pra mulher também. Já 26% dos homens responderam que as mulheres não se interessam pela política, 21% disseram que os partidos não estimulam as mulheres a participar e 21% acreditam que as mulheres têm muita atividade e que não sobra tempo para a política.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto, em relação à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, que ainda não se tem muitos avanços, que as estruturas patriarcais ainda subordinam e oprimem as mulheres, o que é um empecilho para que a democracia se concretize de fato, pois a mulher ainda não está incluída de forma igualitária, apesar de ser o segmento majoritário no país. A questão da sub-representação das mulheres expressa como se deu essa exclusão dos espaços de poder e decisão, e como no país, e no nosso Estado, ainda enfrentam-se dificuldades para transgredir o atual quadro de desigualdade, assim visando construir uma sociedade em que as mulheres sejam

reconhecidas como sujeitos políticos.

Nesse contexto, percebe-se que as mulheres ainda estão excluídas dos espaços de poder, sendo que existe apenas 1 mulher na Câmara dos vereadores de Duque Bacelar. Esta realidade é fruto do patriarcado que criou raízes ao longo da história e delegou à mulher o espaço do privado, sendo este o local onde as mulheres exercem as atividades domésticas e ainda passam a maior parte do seu tempo. O espaço público ainda é predominantemente o local do homem.

As mulheres começam a ocupar os partidos políticos de forma tímida, muitas já se colocam como candidatas para disputar as eleições, mas na maioria das vezes, quando ocupam lugar nos partidos, é apenas para o preenchimento das cotas. Mesmo quando ocupam os lugares de poder, não são reconhecidas por suas ações. Percebe-se que a igualdade de gênero ainda está distante da realidade dos partidos políticos de Duque Bacelar, e esta baixa representatividade feminina nesses espaços reflete como muitas ainda não se reconhecem como sujeito político.

Dessa forma, esse projeto teve como ponto inicial a investigação, o levantamento de fontes informacionais sobre as mulheres, sua participação nesses espaços ainda delegados ao homem. Sobre gênero, tal categoria de análise nos ajuda a compreender como se deu também a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão, para contribuir para a articulação e atuação das lideranças no referido município.

A participação das mulheres é importante para a promoção da igualdade de gênero, para contribuir para a autonomia e o empoderamento das mulheres e fortalecer seu protagonismo, como uma forma de essas mulheres alterarem a realidade social dos seus bairros, cidades, das organizações em que estão incluídas e das quais participam no município.

Eleger mulheres é relevante, pois é o primeiro passo para mudar a realidade social que ainda é comandada por organizações de cunho patriarcal e que não criam estratégias para a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Daí a importância de traçar o perfil das lideranças femininas do município de Duque Bacelar, pois conhecemos mulheres atuantes e de luta no município, que são capazes de ocupar esses espaços de poder e decisão, visando promover e protagonizar ações para a transformação das relações de gênero e étnico-raciais no nosso Estado.

Assim, torna-se essencial a articulações de ações e formações em busca de refletir sobre a importância da presença da mulher na política e então contribuir para emponderá-las por meio de informações, troca de conhecimento e experiências para produzir conhecimento científico sobre as mulheres que permitam construir os processos de mudança por meio da união e solidariedade das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação. IN: ROCHA, M. I. B. Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

BUZAR, Benedito. Maria Dalva: única mulher eleita à Constituinte de 1947. Jornal O Estado do Maranhão. Caderno Alternativo. São Luís, p.3, agosto 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder**. Mulher e política na Bahia. NEIM/ UFBA, Salvador-BA, 1998. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

FERREIRA, Mary. Mulheres no legislativo maranhense: um estudo sobre as cotas. In: Souza, Eliana Maria de Melo, et. al. Teoria e prática nas Ciências Sociais. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003. p.69-90.

\_\_\_\_\_, Maria Mary. **Os Bastidores da Tribuna**: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

\_\_\_\_\_, Maria Mary. (Org.). **Gênero, política e poder**: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste brasileiro. EDUFMA, São Luís, 2012.

\_\_\_\_\_, M. M. **Vereadoras e prefeitas maranhenses**: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero. São Luís: EDUFMA, 2015.

\_\_\_\_\_, Maria Mary. Igualdade de gênero e participação política. In: SOUZA, Cristiane de Aquino. In: **Democracia, Igualdade e Liberdade**: perspectivas jurídicas e filosóficas. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015. p.211-228.

\_\_\_\_\_, Maria Mary et al. **Direitos iguais para sujeitos de direito**: empoderamento de mulheres e combate a violência doméstica. São Luís: EDUFMA, 2016.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. Boitempo, 1ªed. São Paulo-SP, 2014.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.



\_\_\_\_\_, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil*. 2009.

\_\_\_\_\_, Heleieth Iara Bongiovani. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos Sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 271- 283.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.